

Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 31 de Dezembro.

IV TRIMESTRE DE 2021



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Contributos:

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

www.financas.gov.st

Março de 2022



=(Unidade-Disciplina-Trabalho)=

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Direcção de Contabilidade Pública

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

IV TRIMESTRE DE 2021

Março de 2022

Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 31 de Dezembro de 2022.

Disponível *on-line* em: www.financas.gov.st



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Contributos:

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Tabelas	i
Índice de Gráficos	i
Lista de Siglas e Acrónimos.....	i
Apresentação.....	2
Apreciação Global.....	3
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL	7
I.1. Execução das Receitas Totais	7
i.1.1. Receitas Efectivas	8
I.1.2. Receitas Correntes.....	9
I.1.2.1. Receitas Fiscais	10
I.1.2.2. Receitas não Fiscais	17
I.1.3. Donativos.....	19
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS	20
I.1.1. Despesas Efectivas.....	20
I.1.2. Despesas Primárias.....	21
I.1.3. Despesas de Funcionamento.....	21
I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)	24
I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública).....	26
I.1.6. Principais Saldos Orçamentais.....	28
I.1.7. Financiamento do Défice Global	29
PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	31
II.1. Análise da Execução Orçamental.....	31
II.1.1. Por Classificação Orgânica	31
II.1.2. Por Classificação Funcional.....	33
II.1.3. Por Localização Geográfica	35
II.1.4. Por Fonte de Recursos.....	37
II.1.5. Por Tipologia de Despesas.....	39
II.2. Alterações Orçamentais	41
II.2.1. Por Classificação Orgânica	41
II.2.2. Por Classificação Funcional.....	45
II.2.3. Por Localização Geográfica	49
II.2.4. Por Fonte de Recursos.....	51
II.2.5. Por Tipologia de Despesas.....	53

Índice de Tabelas

Tabela 1: Despesas efetuadas de Janeiro a Dezembro no âmbito do programa de combate a Covid-19	5
Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas	8
Tabela 3: Detalhe do IRS	11
Tabela 4: Detalhe do IRC	12
Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património	12
Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo	14
Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo	15
Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo	16
Tabela 9: Detalhe das Taxas	16
Tabela 10: Despesas Totais Executadas	21
Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Dezembro de 2021	27
Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Dezembro de 2021	28
Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global	29
Tabela 14: Execução por Classificação Orgânica	31
Tabela 15: Execução por Classificação Funcional	34
Tabela 16: Execução por Localização Geográfica	35
Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos	37
Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas	40
Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica	42
Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional	48
Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica	50
Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos	51
Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas	54

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas	7
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas	9
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas	10
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais	17
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais	20
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento	22
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)	25

Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

Apresentação

Na observância da norma legal estabelecida através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 18.º da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2021), elabora-se o presente relatório de execução orçamental de receitas, despesas e financiamento, referente ao quarto trimestre de 2021, ou seja, o período compreendido de Janeiro a Dezembro de 2021. Neste contexto, procedeu-se a análise dos valores executados das receitas e despesas, numa perspectiva de desempenho, face ao valor inicialmente aprovado bem como a comparação com o executado no período homólogo do ano precedente.

O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas. A base compromisso que aqui se refere, corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes, sendo que, na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto ao nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga, face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos. Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas correntes de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia de despesas). Finalmente, em cumprimento do n.º 5 do artigo 17.º da Lei 5/2021, de 11 de Fevereiro, procedeu-se, ainda nesta parte, a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais já referenciadas.

Apreciação Global

Para o efeito de análise, a execução orçamental do período compreendido de Janeiro a Dezembro do ano 2021, tomou-se como base o cumprimento da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o OGE para o ano de 2021), o que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamentos previstos para o período em análise, como consta no presente relatório.

Em abordagem as informações de execução orçamental de Janeiro a Dezembro de 2021, constata-se que o défice primário até Dezembro do corrente ano, situou-se em 4,1% do PIB, superior a meta projectada pelo FMI para o ano que foi de (3,9% do PIB). Apesar do esforço efectuado na contenção das despesas primárias, não se conseguiu cumprir a meta do défice primário programado, motivo da fraca arrecadação das receitas, o que permite verificar que as receitas fiscais tiveram um nível de arrecadação aquém da expectativa, sendo que, até o final do período em análise, elas atingiram 92,3% do programado para o ano, representando desta forma um decréscimo de 1,5% em relação ao período homólogo do ano precedente.

No entanto, o défice primário em causa, foi financiado pela componente interna e externa. Pela componente interna, regista-se o financiamento da Conta Nacional do Petróleo (20% da transferência anual), no montante de 67.925 milhares de dobras. Pela componente externa o referido défice foi financiado pelo remanescente do apoio orçamental do BM (Banco Mundial) que teve entrada nos finais de Dezembro de 2020, no montante de 204.863 milhares de dobras, pelo desembolsos do FMI, cuja entradas foram nos meses de Março e Agosto (no âmbito do programa de iniciativa de crédito alargado) e do Direito Especial de Saque “DES” no mês de Setembro, no valor de 212.314 milhares de dobras.

Para as receitas efectivas verifica-se um grau de realização de 64,8%, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram a 93,8% e 34,3% respectivamente do estimado para o ano. As receitas não fiscais tiveram um nível de realização de 101,5%, com um acréscimo de 11,3% do arrecadado no período homólogo de 2020, correspondendo a 2,9% do PIB programado para o ano. Salienta-se, pois, que este aumento deve-se a excelente performance da sua componente Receita Patrimonial, concretamente Rendimentos de participações, outras receitas patrimoniais e outras receitas não fiscais que registaram-se níveis de execução de 224,7%, 167,6% e 130,5%, respectivamente, dos valores programados para o ano.

É também notável o bom desempenho das receitas de serviços que atingiu um nível de arrecadação de 98,8% do programado para o ano e um acréscimo de 39,7% registado, face ao igual período do ano transacto.

Em relação aos donativos, observa-se que os mesmos ficaram em 34,3% do previsto para o ano e um notável decréscimo de 47,9% em relação ao período homólogo de 2020, que pode ser justificado pela redução dos donativos para projectos e a não entrada de recursos provenientes do apoio orçamental da União Europeia e do BAD.

Pelo apresentado acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa, houve a necessidade de se proceder a contenção de despesas, sobretudo as despesas primárias, de modo que a meta do défice primário acordado com o FMI fosse cumprido. Assim, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias atingiu 93,3% do inicialmente aprovado. Relativamente ao período homólogo do ano transacto, estas despesas conheceram um acréscimo de 2,2%.

Tendo em conta o aumento de casos positivos da Covid-19 ao nível nacional, nos finais de Dezembro de 2020 e, na sequência da análise permonorizada da evolução do quadro epidemiológico, o Governo decidiu prorrogar o Estado de Calamidade no País, que implicou o agravamento de medidas preventivas nos termos da Lei 4/2016-Lei de Base da Proteção Civil e Bombeiros, que permaneceram até 30 de Abril do ano em curso.

Seguidamente foi decretado o Estado de Alerta que continuou até o mês de Julho do corrente ano, na Ilha de S.Tomé. Para a Ilha do Príncipe, onde a situação pandémica é pouco mais agravante decretou-se dois Estados de Emergência, num período compreendido de quatro semanas no início do ano, seguidamente do Estado de Calamidade que manteve-se até finais do ano de 2021.

Neste sentido, na mitigação desta situação, continuou-se a realizar despesas extraordinárias no âmbito do programa de combate e prevenção a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). Recorda-se que este programa teve o seu suporte através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, que declarou o Estado de Emergência em Saúde Pública no País a partir do dia 17 de Março de 2020. Foi estabelecido o Comité de Crise criado para o efeito, do qual faz parte o Ministro da Saúde, cuja atribuição é de regulamentar, orientar, coordenar e fiscalizar políticas em saúde pública e assegurar a prevenção e respostas a todas as ocorrências que visam ameaçar a saúde da população.

O Governo através da Lei n.º 4/2020, adoptou as medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da pandemia da Covid-19; durante o período de contingência.

Para a materialização destas medidas, foram aprovados os Decretos-Leis n.ºs. 07 e 08/2020, ambos de 07 de Maio de 2020. O Decreto-Lei n.º. 7/2020, define as medidas restritivas no âmbito da prevenção e combate a Covid-19 e, o Decreto-Lei n.º.8/2020 cria o Fundo de Resiliência, cujo objectivo exclusivo é financiar a implementação das medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos da Covid-19.

Referindo-se ainda a pandemia da Covid-19, o Ministério da Saúde diligenciou-se no sentido de encontrar soluções face as necessidades com a realização de diversas despesas, nomeadamente, criação de condições sanitárias em todos os Centros de Saúde e Região Autónoma do Príncipe, assim como aquisições de máscaras, equipamentos, desinfetantes, aluguer de aviões, campanhas massivas de sensibilização com deslocações e destacamentos de equipas técnicas e jornalísticas na prevenção e combate a Covid-19. Visando assegurar as condições sanitárias da população. Assim sendo, o país beneficiou de 24 mil doses de vacina contra Covid-19, através do consórcio COVAX, e parceria entre CEPI, GAVI, UNICEF e OMS. Esta doação corresponde a um primeiro lote de 96 mil dozes de vacinas da ASTRAZENECA, que foram administradas no país a partir de 15 de Março de 2021, constituindo assim um marco importantíssimo no combate e prevenção da Covid-19.

Durante o período compreendido de Janeiro a Dezembro de 2021, de acordo ao último relatório da Covid-19 apresentado pela Direcção do Tesouro, as despesas no âmbito do programa de prevenção e combate a Covid-19, foram financiadas pelos distintos saldos de donativos transitados do ano 2020, no qual estas despesas totalizaram 36.353,7 milhares de Dobras, sendo que, deste total, cerca de 17.764 milhares de Dobras foram financiadas com recursos próprios do Tesouro, através da CUT. É importante salientar que estas despesas foram efectuadas por distintos organismos do Estado e, de forma resumida é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 1: Despesas efetuadas de Janeiro a Dezembro no âmbito do programa de combate a Covid-19

(Valores em milhares de Dobras)

Ministérios/Instituições	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	Estrut. (%)
Saúde	5 218	569	3 008	468	371	0	354	1 386	2 119	0	0	292	13 786	38%
Defesa e Ordem Interna	892	406	1 657	825	54	116	40	54	0	237	0	0	4 280	12%
Gabinete do Primeiro Ministro	0	0	661	436	78	0	849	0	0	1 034	0	878	3 935	11%
Planeamento e Economia Azul	0	140	188	300	160	144	160	0	0	0	0	464	1 555	4%
Trabalho, Solid. Família e Form. Profissional	0	0	10 190	351	0	0	0	264	0	0	0	0	10 805	30%
Negócios Estrangeiros	0	0	0	0	0	0	970	0	0	0	0	0	970	3%
Organismos Autónomos	0	0	323	350	350	0	0	0	0	0	0	0	1 023	3%
Total	6 111	1 115	16 026	2 729	1 012	260	2 373	1 703	2 119	1 271	0	1 634	36 354	100%

Fonte: Direcção do Tesouro – MPFEA

Entretanto, as informações mais detalhadas sobre as despesas efectuadas no âmbito do Programa de prevenção e combate a Covid-19, podem ser consultadas nos Relatórios da Covid-19, produzidos pela Direcção do Tesouro e que se encontram publicados no site do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Tal como aconteceram nos exercícios económicos de 2019 e 2020, continuaram sendo incorporados no TOFE, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços cobram receitas e consequentemente realizam algumas despesas, fora do OGE. Estes movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e não passam pela CUT no Banco Central. Apesar de não terem sido orçamentados e, de modo que haja transparência na utilização do erário público, estes fluxos a partir do mês de Janeiro de 2019, começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e em contrapartida, as despesas foram consideradas de despesas consignadas. Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Dezembro do corrente ano ascenderam o valor de 155.317 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, totalizaram o valor de 186.001 milhares de Dobras. Do mesmo modo, para as despesas realizou-se no período compreendido de Janeiro a Dezembro do ano em análise, o valor de 136.576 milhares de Dobras e, adicionando as despesas consignadas já existentes, totalizaram o valor de 193.929 milhares de Dobras.

Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

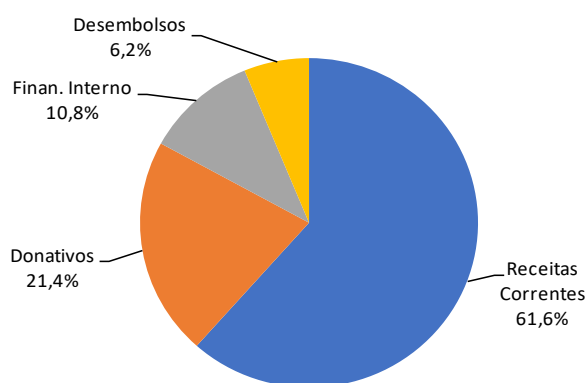
I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento), como externo (que correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos).

As informações contidas na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mostram que até o final do mês de Dezembro do exercício económico em análise as receitas totais arrecadadas atingiram o montante de 2.604.868 milhares de Dobras, correspondendo a uma execução de 71,3% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga negativa de 19,5%, face ao executado no igual período do ano 2020 (3.237.492 milhares de Dobras).

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

O baixo incremento deveu-se essencialmente a fraca entrada de Donativos, mais concretamente dos donativos para o apoio orçamental. Do mesmo modo, importa referir que as receitas correntes tiveram um ligeiro aumento comparativamente ao executado no ano de 2020 (0,5% acima), motivado pelo bom desempenho sobretudo das receitas não fiscais, que se situou em 11,3% acima do realizado em 2020.

i.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo soma das Receitas Correntes e dos Donativos. Até o final de Dezembro de 2021, esta ascendeu a uma arrecadação de 2.161.796 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução 64,8% do programado, e um decréscimo de 18,9%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2020. O decréscimo observado, deveu-se a fraca entrada de Donativos, sobretudo os de apoio orçamental, que comparativamente ao ano de 2020, registou-se uma diminuição de 63,4%.

Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Dez 2020	OGE 2021	Jan - Dez 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	2 072 963	2 742 939	2 667 120	3 335 311	2 161 796	64,8	-18,9	22,5
Receitas correntes	1 468 304	1 319 870	1 595 757	1 710 358	1 603 676	93,8	0,5	16,7
Receitas corr. excl. petróleo	1 398 498	1 314 771	1 456 395	1 708 420	1 539 450	90,1	5,7	16,0
Receitas fiscais	1 160 191	1 152 404	1 345 722	1 436 154	1 325 426	92,3	-1,5	13,8
Impostos directos	427 112	363 765	431 821	440 696	438 594	99,5	1,6	4,6
Impostos indirectos	732 893	788 240	909 933	995 084	885 359	89,0	-2,7	9,2
Imposto s/ Importação d/q	471 526	534 430	570 877	611 450	530 959	86,8	-7,0	5,5
Sobretaxa Esp. Der. Petróleo	643	2 318	108 368	108 295	56 645	52,3	-47,7	0,6
Imposto sobre Consumo	150 843	172 956	219 561	243 079	239 793	98,6	9,2	2,5
Imposto sobre valor acrescentado (I	0	0	0	21 791	0	0,0	...	0,0
Imposto de Selo	62 515	47 607	61 055	62 264	66 047	106,1	8,2	0,7
Taxas	48 009	33 247	46 669	52 233	47 672	91,3	2,2	0,5
Contribuição ao Fundo de Desemprego	0	0	3 236	4 266	270	6,3	-91,7	0,0
Outras receitas fiscais	185	399	732	375	1 203	320,8	64,3	0,0
Receitas não fiscais	308 114	167 466	250 036	274 204	278 250	101,5	11,3	2,9
Receitas patrimonial d/q	111 067	61 357	98 523	73 304	75 738	103,3	-23,1	0,8
Rendimento de petróleo	69 807	2 781	30 994	1 938	7 581	391,2	-75,5	0,1
Receitas de serviços	188 192	103 375	133 099	188 248	186 001	98,8	39,7	1,9
Outras receitas não fiscais	8 855	2 734	18 414	12 652	16 511	130,5	-10,3	0,2
Donativos	604 659	1 423 069	1 071 363	1 624 953	558 120	34,3	-47,9	5,8
para financiamento do OGE	186 033	408 314	703 338	367 500	257 382	70,0	-63,4	2,7
para Projectos	332 711	951 500	326 652	1 170 946	273 935	23,4	-16,1	2,8
HIPC	85 915	63 255	41 373	86 507	26 803	31,0	-35,2	0,3

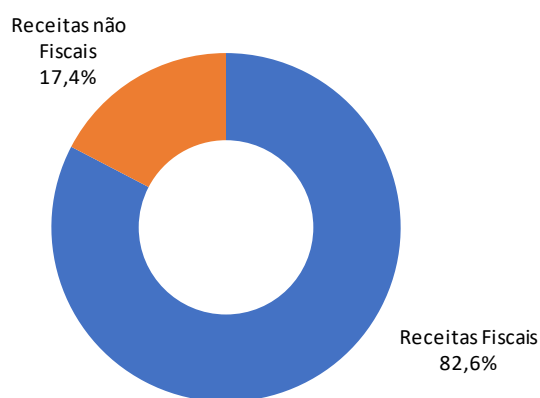
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.1.2. Receitas Correntes

Fazem parte desta categoria, as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 93,8%, ascendendo aos 1.603.676 milhares de Dobras. Estas receitas tiveram um nível de arrecadação bastante significativo quando comparado com o período homólogo do ano de 2020, onde é notável um acréscimo de 0,5%. Este nível de realização deveu-se sobretudo ao bom desempenho do IRS, IRC, imposto sobre o património, imposto sobre o consumo de serviços e o imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas, tendo este último atingido uma variação homóloga positiva de 21,1%.

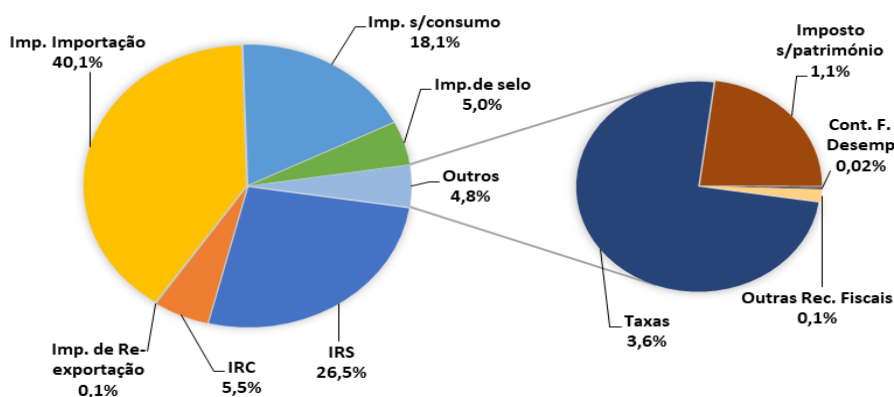
Salienta-se que o nível de execução observado nesta categoria de receita representa cerca de 16,7% do PIB estimado para o ano em análise. Se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes¹ ascendem a 1.539.450 milhares de Dobras, ficando a 90,1% do inicialmente estimado, mas que entretanto, corresponde a um acréscimo de 5,7% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

¹ Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

I.1.2.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 82,6%, cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do quarto trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 1.325.426 milhares de Dobras, cerca de 92,3% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um decréscimo de 1,5%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2020, e, cerca de 13,8% do PIB estimado para o ano. O aumento face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo bom desempenho dos seus componentes, nomeadamente, “impostos directos” e “Imposto sobre Consumo”, sendo que este último registou-se uma execução de 98,6%, face ao programado para o ano e uma variação homóloga positiva de 9,2% em relação ao ano precedente.

Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 33,1% das receitas fiscais, tendo registado até final do quarto trimestre um grau de execução de 99,5% do previsto, ascendendo aos 438.594 milhares de Dobras, e que corresponde a um acréscimo de 1,6% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução e a variação homóloga, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela cobrança do IRS assim como a cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e, mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

Tabela 3: Detalhe do IRS
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	OGE 2021	Jan-Dez 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRS	300 506	347 100	358 125	351 279	98,1	1,2	100,0
do Trabalho por Conta de Outrem	252 706	287 966	307 308	297 147	96,7	3,2	84,6
do Trabalho por Conta Própria	32 616	41 879	36 028	42 485	117,9	1,4	12,1
de Capitais Individuais	15 184	17 254	14 789	11 647	78,8	-32,5	3,3

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Este grupo de receitas que representa uma das maiores componentes do agregado das receitas fiscais 26,5% (cf. Gráfico 3), e o maior agregado dos impostos directos, apresenta até final do quarto trimestre uma arrecadação de 351.279 milhares de Dobras, o que corresponde a 98,1% do inicialmente previsto e, um acréscimo de 1,2% face ao arrecadado em igual período de 2020. O bom desempenho do IRS da categoria A durante o mês de Novembro foi crucial para este nível de execução. O mês de Dezembro tendencialmente é o mês de maior cobrança pois coincide com a última cobrança do pagamento por conta do IRS da categoria B. O imposto de rendimento de capitais individuais, é uma das componentes deste imposto com variação homóloga negativa, em comparação ao valor executado no igual período de 2020, que pode ser justificado pelo decréscimo verificado nas actividades económicas individuais, causada pela crise pandémica da Covid-19.

– Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva no território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

Tabela 4: Detalhe do IRC

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	OGE 2021	Jan-Dez 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRC	53 261	70 904	69 248	72 573	104,8	2,4	100,0
Indústria Petrolífera	0	-	-	-	0,0
Imposto Industrial	50 231	68 059	65 755	62 317	94,8	-8,4	85,9
de Capitais de Pessoas Jurídicas	3 031	2 845	3 493	10 256	293,6	260,4	14,1
do Transporte do Petróleo	0	-	-	0	0,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 72.573 milhares de Dobras, correspondendo a 104,8% do estimado para o ano e um acréscimo de 2,4%, face ao arrecadado no período homólogo de 2020, representando 5,5% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Este nível de execução deve-se a cobrança do pagamento por conta da última prestação do IRC no mês de Dezembro.

- Imposto sobre o Património

Este grupo de imposto refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados no território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	OGE 2021	Jan-Dez 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Património	9 997	13 817	13 323	14 742	110,7	6,7	100,0
Predial Urbano	1 964	2 025	2 005	2 379	118,7	17,5	16,1
Sucessões e Doações	1 294	1 560	1 890	3 013	159,4	93,1	20,4
Transações Imob. a Título Oneroso	2 829	6 129	5 378	4 595	85,4	-25,0	31,2
Veículos Automóveis	3 910	4 102	4 050	4 754	117,4	15,9	32,2

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Até Dezembro de 2021, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 89,3% do programado, ascendendo aos 14.742 milhares de Dobras, um acréscimo de 6,7% em relação ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 1,1% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para este nível de execução bem como o moderado crescimento observado contribuíram, por um lado, o **Imposto Predial Urbano**, que conheceu uma execução de 118,7%, cuja matéria colectável provém da dinâmica das transacções imobiliárias, que também sofreu, naturalmente, ligeira queda com a crise sanitária provocada pela Covid-19. Por último, importa referir que quanto aos outros impostos: o **Imposto sobre Sucessões e Doações**, **Imposto sobre Veículos Automóveis** e o **Imposto sobre Transacções Imobiliárias a título oneroso**, atingiram um nível de execução correspondente a 159,4%, 117,4%, e 85,4%, respectivamente do programado.

ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (66,8%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 885.359 milhares de Dobras, o que representa 89,0% do programado e um decréscimo de 2,7%, relativamente ao arrecadado no ano de 2020. O nível de execução alcançado assim como a diminuição verificada comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Imposto sobre o Consumo como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja reduzido ou nulo. Entretanto no período compreendido de Janeiro a Dezembro do ano de 2021, arrecadou-se nesta rubrica de receitas 888 milhares de Dobras, que corresponde ao pagamento de taxas e emolumentos de exportação de Azeite de Palma efectuada pela Empresa Agripalma ao exterior.

– Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua a fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 40,1%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do quarto trimestre de 2021, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 530.959 milhares de Dobras, corresponde a 86,8% do programado, e um decréscimo de 7,0% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	OGE 2021	Jan-Dez 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre Comércio Externo	534 430	582 648	611 450	531 847	87,0	-8,7	100,0
Imposto s/Exportação (Reexportação)	-	11 772	-	888	...	-92,5	0,2
Imposto sobre Importação	534 430	570 877	611 450	530 959	86,8	-7,0	99,8
Taxas	285 099	221 520	241 661	256 062	106,0	15,6	48,1
Sobre- Taxas	247 013	240 988	263 494	218 252	82,8	-9,4	41,0
Sobre-taxas Especial derivado de proc	2 318	108 368	106 295	56 645	53,3	-47,7	10,7

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, as Taxas sobre Importação, derivadas dos impostos aduaneiros, que registaram um grau de execução de 106,0% do programado, ascendendo aos 256.062 milhares de Dobras, o que representa um acréscimo de 15,6%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, a Sobre-Taxa de importação, que obteve nível de execução de 82,8% do programado, ascendendo a 218.252 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a um decréscimo de 9,4% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

- Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre o Consumo de Serviços, Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas e o imposto sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 18,1% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 98,6% do programado, ascendendo aos 239.793 milhares de Dobras, o que representa um acréscimo de 9,2%, face ao arrecadado no período homólogo do ano de 2020. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

- i. O desempenho registado ao nível do **Imposto sobre Consumo de Serviços**, que alcançou uma realização de 102,0%, ascendendo aos 106.524 milhares de Dobras que, todavia, corresponde a um acréscimo de 6,2% do que foi arrecadado no igual período de 2020. É importante salientar que neste agregado de receitas faz parte imposto sobre o consumo de Serviços de Telecomunicações e o Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares, que sofreram uma variação negativa de Janeiro à Dezembro, face ao mesmo período de 2020, sendo este último justificado pelo impacto negativo que os sectores de actividades turísticas tiveram e vêm tendo com a pandemia da Covid-19;
- ii. O **Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas** que ascendeu o valor de 95.106 milhares de Dobras, atingiu 102,5% do programado e um acréscimo de 21,1% registado face ao período homólogo de 2020, o seu moderado desempenho face ao programado, deveu-se ao ligeiro aumento verificado nas importações que por conseguinte, levou a um incremento na cobrança deste imposto;

- iii. O **Imposto sobre Consumo de Produção Local**, até final de Dezembro do ano em análise registou uma taxa de arrecadação de 83,1% relativamente ao programado e, um decréscimo de 6,3% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado o valor de 38.163 milhares de Dobras.

Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	OGE 2021	Jan-Dez 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Consumo	172 956	219 561	243 079	239 793	98,6	9,2	100,0
de Álcool Industrial	0	0	0	0	0,0
de Derivados do Petróleo	0	751	0	44	...	-94,1	0,0
de Gases Liquefeitos	0	240	0	0	...	-100,0	0,0
de Bebidas Alcoólicas	61 083	78 558	92 762	95 106	102,5	21,1	39,7
de Serviços de Telecomunicações	39 322	43 622	47 443	37 757	79,6	-13,4	15,7
de Serviços Hoteleiros e Similares	8 232	9 715	7 736	8 566	110,7	-11,8	3,6
de Serviços de Água e Energia	10 082	9 410	12 169	10 060	82,7	6,9	4,2
de Serviços Bancários e de Seguros	10 420	10 241	11 139	11 000	98,8	7,4	4,6
de Serviços Diversos	14 200	26 279	25 930	39 095	150,8	48,8	16,3
de Produção Local	29 617	40 744	45 901	38 163	83,1	-6,3	15,9

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

– Imposto de Selo

O imposto de selo tem como base de tributação entre outras, as facturações. Se a dinâmica das transacções de bens e serviços arrefece, a arrecadação deste imposto diminui. Conforme apresentado na Tabela 8, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 66.047 milhares de Dobras (representa 5,0% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 106,1% do programado e um acréscimo de 8,2% do realizado no período homólogo de 2020. O nível de arrecadação observado está relacionado com desempenho dos seus componentes Selo de Cheque, Selo de Assistência e o Selo de Conhecimento e Cobrança que representam, respectivamente, 160,8%, 115,3% e 105,2% do grupo de imposto de selo.

Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	OGE 2021	Jan-Dez 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto de Selo	47 607	61 055	62 264	66 047	106,1	8,2	100,0
Selo de Verba	28 253	35 389	37 585	38 041	101,2	7,5	57,6
Selo de Conhecimento e Cobrança	3 984	4 923	4 437	4 667	105,2	-5,2	7,1
Selo de Cheque	7	13	12	20	160,8	58,2	0,0
Selo de Assistência	15 363	20 731	20 230	23 319	115,3	12,5	35,3

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

– Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final do período em análise um grau de realização de 91,3% do programado, ascendendo aos 47.672 milhares de Dobras, o que reflectiu num acréscimo de 2,2% face ao arrecadado no igual período do ano 2020. O montante arrecadado representa cerca de 3,6% das receitas fiscais (ver Gráfico 3).

Tabela 9: Detalhe das Taxas

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	OGE 2021	Jan-Dez 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Taxas	33 247	46 669	52 233	47 672	91,3	2,2	100,0
das quais							
Custas e taxas	1 739	2 017	2 228	3 559	159,7	76,5	7,5
Emolumentos de Outros Minérios	0	0	4	71	1652,3	...	0,1
Emolumentos Gerais aduaneiros	4 509	3 768	3 645	5 228	143,4	38,7	11,0
Emolumento Geral de exportação	60	27	35	1	1,4	-98,2	0,0
Emolumento Pessoais	4 598	6 694	6 989	7 733	110,7	15,5	16,2
Subsídio de deslocação	6 994	12 881	13 407	15 255	113,8	18,4	32,0
Emolumento e Taxas Diversas	12 987	17 273	21 384	14 011	65,5	-18,9	29,4
Emolumento Especiais - 10%	2 359	4 009	4 541	1 814	40,0	-54,7	3,8

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

– Outras Receitas Fiscais

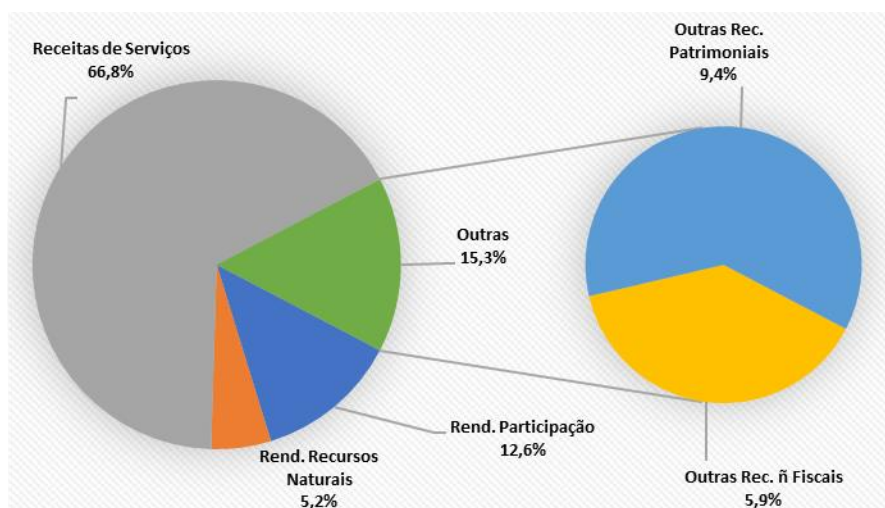
Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do quarto trimestre do exercício económico em análise, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 320,8% do programado, atingindo os 1.203 milhares Dobras, o que traduziu num acréscimo de 64,3% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2020.

I.1.2.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial (Rendimento de Participações), Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final de Dezembro do ano em análise, uma taxa de realização de 101,5% do programado, ascendendo aos 278.250 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a um acréscimo de 11,3% face ao igual período de 2020, representando desta forma, 17,4% das receitas correntes realizadas. A performance verificada deveu-se fundamentalmente ao desempenho do Rendimento de Participações, inclui (o rendimento das empresas estatais), Outras receitas patrimoniais que inclui (renda de casa e outros rendimentos imobiliários); bem como as Receitas de Serviços, tendo atingido 224,7%, 167,6% e 98,8%, respectivamente do programado para o ano.

Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente de Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 103,3% do estimado para o ano, ascendendo aos 75.738 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 23,1% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (98.523 milhares de Dobras). O nível de arrecadação verificado deveu-se essencialmente ao desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Participações”, que apresentou uma execução superior ao período homólogo de 2020, justificado como abaixo se discrimina:

– Rendimento de Participações

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim sendo, conforme os dados apresentados no TOFE referente ao período em análise, verifica-se que a sua execução atingiu 34.977 milhares de Dobras, representando 224,7% do programado para o ano e um acréscimo de 124,7% em relação ao igual período de 2020. Entretanto, salienta-se que do montante de 34.977 milhares de Dobras, contou com a participação da CST, do BISTP e da ENCO (relacionado com a comparticipação do Estado Santomense nos dividendos obtidos referente ao exercício económico de 2020).

– Rendimento de Recursos Naturais

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas de Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 34,6% do programado, ascendendo aos 14.591 milhares de Dobras (representa 5,2% das receitas não fiscais, cf. Gráfico 4), e que corresponde a um decréscimo de 79,7%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2020. O decréscimo observado relativamente ao igual período de 2020 é justificado pela redução de recursos provenientes de bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo e também a não entrada até o período em análise, das receitas provenientes de bonificação e prémios de pescas.

– Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas, representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens mencionados acima. Até final do quarto trimestre do ano em análise, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 26.170 milhares de Dobras, cerca de 167,6% do programado e um acréscimo de 137,6% em relação ao que foi arrecadado no período homólogo do ano anterior.

ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Assim sendo, de Janeiro a Dezembro de 2021 arrecadou-se neste agregado de receitas, o montante de 186.001 milhares de Dobras. Estas receitas representam 66,8% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4, e, obteve o nível de execução de 98,8% do programado, representando desta forma a um acréscimo de 39,7% face ao arrecadado no período homólogo de 2020.

iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas, estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de 130,5% do programado, atingindo os 16.511 milhares de Dobras, mais 130,5%, face ao registado no igual período de 2020, representando cerca de 5,9% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

I.1.3. Donativos

Relativamente aos recursos provenientes dos Donativos, estes são constituídos pelos donativos para financiamento do OGE, para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC.

Dada a conjuntura internacional adversa, decorrente da crise económico-social que os parceiros de cooperação tradicionais de São Tomé e Príncipe atravessam, provocada sobretudo pela pandemia da Covid-19, constata-se uma considerável dificuldade de captação de recursos externos, sobretudo os Donativos.

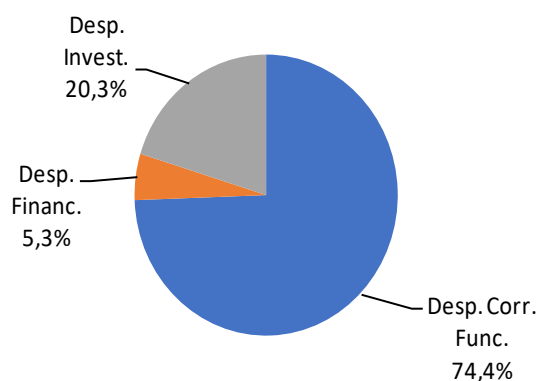
De acordo com dados observados através da Tabela 2, verifica-se que os recursos provenientes dos Donativos, até o período em análise ascenderam 558.120 milhares de Dobras, constituído por donativos para financiamento do OGE e para projectos.

É de referir que o total dos donativos até final do período em análise, representa 34,3% do programado e um decréscimo de 47,9%, face ao arrecadado no igual período de 2020, correspondendo desta forma a cerca de 21,4% das receitas totais, (cf. Gráfico 1).

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Durante o período compreendido de Janeiro a Dezembro de 2021, as Despesas Totais que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram uma taxa de execução de 77,2% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 2.823.483 milhares de Dobras, e menos 10,9% do executado no igual período de 2020, impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (74,4%, cf. Gráfico 5). O decréscimo verificado deve-se fundamentalmente a baixa execução das despesas de investimentos públicos, em decorrência da baixa mobilização dos recursos externos, na vertente donativos e empréstimos para financiar projectos inscritos no orçamento, associada a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das Receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de Bretton Woods.

Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.1.1. Despesas Efectivas

Com relação a esta categoria de Despesas que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até final do ano em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 2.674.094 milhares de Dobras, cerca de 77,0% do inicialmente previsto e um decréscimo de 12,1% do executado no período homólogo de 2020. Constatase que a taxa de execução dessas despesas ficou aquém do programado, devido a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos, fundamentalmente na vertente das financiadas com recursos externos.

I.1.2. Despesas Primárias

Estas despesas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimentos Públicos financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e, que serve de contraparte para o apuramento do saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas, a sua realização face ao orçamentado foi de 93,3%, tendo ascendido a 1.930.474 milhares de Dobras, correspondendo a um acréscimo de 2,2% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e a 20,1% do PIB estimado para o ano. O moderado nível de execução, bem como o acréscimo verificado em relação ao período precedente, deve-se a fraca arrecadação das receitas correntes, apesar do esforço verificado na contenção das despesas discricionárias.

Tabela 10: Despesas Totais Executadas

(em milhares de Dobras)								
Despesas	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Dez. 2020	OGE 2021	Jan - Dez. 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 322 493	3 184 507	3 168 284	3 655 123	2 823 483	77,2	-10,9	29,4
Despesas efectivas	2 206 149	3 079 654	3 043 464	3 472 029	2 674 094	77,0	-12,1	27,8
Despesas primárias	1 568 367	1 876 684	1 889 128	2 069 339	1 930 474	93,3	2,2	20,1
Despesas correntes	1 742 778	1 896 549	2 131 040	2 136 609	2 101 215	98,3	-1,4	21,9
Despesas com pessoal	847 549	980 529	978 085	1 146 474	1 060 492	92,5	8,4	11,0
Bens e serviços	235 013	321 427	291 076	268 007	260 209	97,1	-10,6	2,7
Juros da dívida	65 520	42 285	35 332	49 990	23 109	46,2	-34,6	0,2
Subsídios e tranf. correntes	268 153	326 356	351 366	388 125	335 281	86,4	-4,6	3,5
Outras despesas correntes	199 385	202 225	235 910	211 618	250 969	118,6	6,4	2,6
Exercício findo	127 157	23 726	239 272	72 395	171 154	236,4	-28,5	1,8
Investimento públicos	463 371	1 183 105	912 424	1 335 420	572 880	42,9	-37,2	6,0
Recursos internos	18 267	46 147	32 692	55 115	23 522	42,7	-28,0	0,2
Recursos próprios	8 773	27 731	19 538	31 963	12 511	39,1	-36,0	0,1
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	...	-100,0	0,0
HIPC	9 494	18 416	13 154	23 152	11 012	47,6	...	0,1
Recursos externos	445 104	1 136 958	879 732	1 280 305	549 358	42,9	-37,6	5,7
Donativos	348 710	951 500	753 907	1 170 946	467 760	39,9	-38,0	4,9
Empréstimos	96 394	185 458	125 825	109 359	81 597	74,6	-35,2	0,8
Despesas Financeiras	116 344	104 853	124 820	183 094	149 388	81,6	19,7	1,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

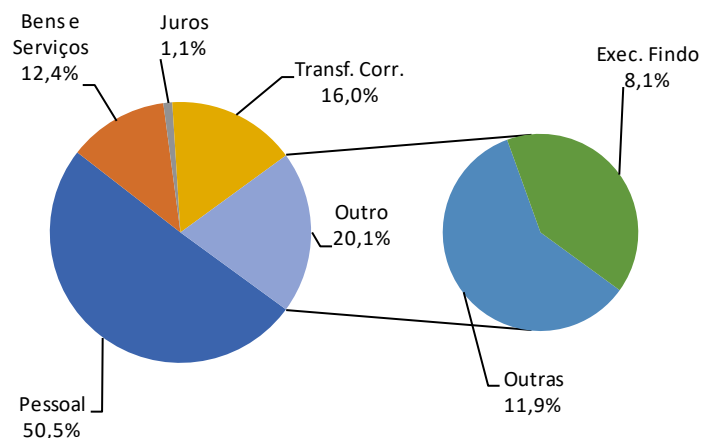
I.1.3. Despesas de Funcionamento

Fazendo menção as despesas de funcionamento, estas referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com objectivo de suportar o funcionamento do aparelho do Estado, tendo a sua execução correspondido a 74,4% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico

5.

Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

Dada a avaliação feita da execução orçamental até o quarto trimestre do ano 2021, através da Tabela 10, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 2.101.215 milhares de Dobras, o que corresponde a 98,3% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga negativa em termos nominais de 1,4%, representando 21,9% do PIB estimado. Entretanto, o nível de execução atingido, deve-se ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria de despesas, como abaixo se descreve:

— Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)

Para a categoria das Despesas com Pessoal, que inclui os encargos com a segurança social, verifica-se que elas correspondem a 50,5% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, cerca de 80,0% das receitas fiscais realizadas e de 11,0% do PIB estimado para o ano, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo. Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 1.060.492 milhares de Dobras, representando 92,5% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 8,4%. O acréscimo verificado em relação ao período homólogo do ano 2020, deve-se sobretudo a novas contratações, como por exemplo o ingresso de 25 quadros superiores na área do IVA para a Direcção dos Impostos, contratação de novos Professores, Enfermeiros e o Pessoal dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, no âmbito de Programa de combate e Prevenção da Covid-19.

– Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 12,4% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). De acordo com as informações da Tabela 10, observa-se que até o final do quarto trimestre do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 97,1% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 260.209 milhares de Dobras, o que corresponde a uma diminuição de 10,6%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que o decréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado pela fraca arrecadação de receitas fiscais.

– Juros da Dívida

As despesas com juros tiveram uma realização de 23.109 milhares de Dobras, ficando nos 46,2% do programado, e com uma variação homóloga negativa de 34,6% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver a Tabela 10), tendo uma participação de 1,1% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

– Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desse tipo de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Portanto, no que se refere às transferências correntes, estas fundamentalmente são feitas sem contrapartidas pela Administração Central, particularmente, aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes (de funcionamento) realizadas, tendo correspondido a 16,0% das mesmas (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme a Tabela 10, observa-se que até o final do ano em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 335.281 milhares de Dobras, o que corresponde a 86,4% do inicialmente aprovado e um decréscimo de 4,6% do executado no igual período do ano 2020. Contribuíram para o valor alcançado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior destaque as transferências para a Região Autónoma do Príncipe (RAP), Institutos Públicos, as Câmaras Distritais e Serviços Autónomos, tendo alcançado 130,1%, 113,1%, 109,3% e 86,4%, respectivamente, do programado para o ano.

– Outras Despesas Correntes

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta de Saúde para o Exterior" e "Despesas Consignadas" com recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através da Tabela 10, mostram que até o final de Dezembro de 2021, as mesmas tiveram uma execução de 250.969 milhares de Dobras, estando a 118,6% do inicialmente aprovado, representando 11,9% das despesas de funcionamento (cf. Gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo do ano 2020, observa-se um acréscimo de 6,4%. O moderado nível de execução deve-se a performance da rubrica "Despesas Consignadas" que ficou a 193,0% do inicialmente aprovado, seguido de "(Subsídio as Autoridades Públicas de Renda de Casa)" com 93,3% do programado.

– Despesas Correntes do Exercício Findo

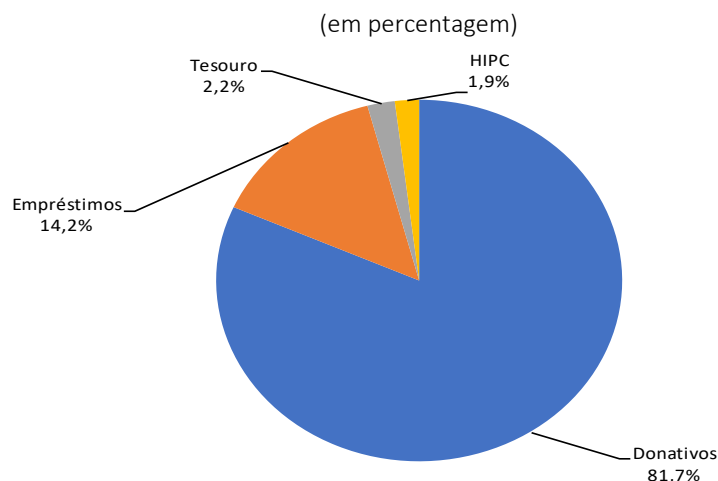
Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. Até o final do mês de Dezembro do ano em análise, registou-se uma execução que ascendeu a 171.154 milhares de Dobras, correspondente a 236,4% do previsto e um decréscimo de 28,5% do executado no igual período do ano antecedente. O decréscimo verificado nesta categoria de despesas relativamente ao período homólogo, deveu-se sobretudo ao reduzido pagamento dos atrasados com comunicações, consumo de Água e Energia dos anos anteriores.

I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

As despesas de investimentos públicos executadas, referem-se aos gastos de projectos efectuados com a formação bruta de Capital fixo e bens duradouros, agregando assim valor ao património do Estado e que estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

Entretanto, para o período em análise, as despesas de investimentos públicos, registaram uma execução no montante de 572.880 milhares de Dobras, (cerca de 20,3% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), o que corresponde a 42,9% do inicialmente aprovado e registando uma variação homóloga negativa de 37,2% em relação ao igual período do ano 2020.

Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

O baixo nível de execução bem como o decréscimo observado face ao igual período do ano 2020, deve-se a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e, dos recursos externos (donativos e créditos), que da parte dos donativos é justificado por um lado pela fraca mobilização de recursos provenientes dos mesmos e, por outro lado, pelo facto de uma parte das informações de execução dos projectos financiados com recursos externos e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontram disponíveis para efeito de consolidação.

– Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos

No âmbito das despesas de investimento público com recursos internos, correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa na Tabela 10, as mesmas foram programadas no montante de 55.115 milhares de Dobras para o período em referência. Entretanto, até o final do período em análise registou-se uma execução de 23.522 milhares de Dobras correspondendo a 42,7% do orçamentado. Assim sendo, no Gráfico 7, estas representam 4,1% do PIP executado. O nível de execução ficou aquém do esperado para o período em análise, e é justificado pela baixa execução dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 39,1% do programado, ascendendo a 12.511 milhares de Dobras (o que corresponde a 2,2% do PIP, conforme o Gráfico 7). Salienta-se que a componente HIPC situou-se nos 47,6% do programado, ascendendo a 11.012 milhares de Dobras (cerca de 1,9% do PIP executado, ver o Gráfico 7).

– Despesas de Investimento financiadas com Recursos Externos

Os projectos inscritos no PIP nesta componente, são financiados tanto com donativos como com créditos. No período compreendido de Janeiro a Dezembro de 2021, em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 549.358 milhares de Dobras, correspondendo a 42,9% do programado, o que representa cerca de 95,9% do total do PIP executado. Comparativamente a igual período do ano anterior constata-se que o nível de execução alcançado representa um decréscimo de 37,6%. Vale ressaltar, que do montante do PIP executado 81,6% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 467.760 milhares de Dobras, o equivalente a 39,9% do programado e um decréscimo de 38,0% do executado no mesmo período do ano transacto, e recursos financiados com créditos teve uma execução de 81.597 milhares de Dobras equivalente a 74,6% do programado e um decréscimo de 35,2% do executado no igual período do ano transacto.

I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

A razão dos compromissos assumidos para período em análise, observa-se, através da Tabela 10, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 149.388 milhares de Dobras, cerca de 81,6% do programado e mais 19,7% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 5,3% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico 5.

Entretanto, ao procedermos a análise da Tabela 11, observa-se que até Dezembro do ano em análise, o estoque da dívida pública situou-se em USD 598,5 milhões de Dólares Americanos, um acréscimo de 5,2% quando comparado com o período homólogo de 2020, correspondendo a 137,0% do PIB, sendo que do montante apurado USD 347,6 milhões correspondem aos atrasados. Ainda observando a Tabela 11, nota-se que em termos de estrutura, 53,3% do estoque da dívida pública referem-se a dívida externa, 15,3% correspondem a dívida interna e 31,5% correspondem a passivos contingentes.

Quanto a dívida externa, 32,2% referem-se a dívida multilateral e 67,8% correspondem a dívida bilateral, sendo no circuito desta as mais proeminentes são as dívidas com Portugal (13,8%) e Angola (nova dívida) 10,2%.

Relativamente à dívida interna, as mesmas ascendem a USD 91,3 milhões, sendo que USD 64,3 milhões (cerca de 70,5% na estrutura do total da dívida interna) correspondem a dívidas com fornecedores e novos atrasados internos e USD 26,9 milhões (cerca de 29,5% da dívida interna) correspondem a emissão do bilhete de Tesouro.

Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Dezembro de 2021

(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	2018	2019	2020	2021	Sem atrasados	Atrasados	Estr. %	Var. %
DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO (DSP) = I+II+III	296,0	500,7	568,7	598,5	251,0	347,6	145,9%	5,2%
DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (DGC) = I+II	296,0	387,6	403,0	410,2	244,9	165,3	100,0%	-27,9%
I. DÍVIDA EXTERNA (A+B)	264,0	269,9	297,9	318,9	217,9	101,0	77,7%	-43,9%
A. Multilateral	49,5	54,5	76,9	102,7	102,7	0,0	25,0%	-81,9%
BAD/FAD	11,8	15,4	18,7	19,0	19,0	0,0	4,6%	-96,7%
IDA	11,8	11,6	11,5	11,3	11,3	0,0	2,7%	-98,0%
FIDA	5,4	5,0	5,2	4,8	4,8	0,0	1,2%	-99,2%
OPEP ^a	1,7	1,4	3,5	3,1	3,1	0,0	0,8%	-99,4%
BEI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
BADEA	12,0	11,8	12,4	13,4	13,4	0,0	3,3%	-97,6%
FMI ^a	6,9	9,0	25,5	50,9	50,9	0,0	12,4%	-91,1%
KUWAIT FUND ^a	-	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0%	-100,0%
B. Bilateral	214,5	215,4	221,0	216,2	115,2	101,0	52,7%	-62,0%
Clube de Paris	0,8	0,8	0,8	5,1	0,8	4,3	1,2%	-99,1%
ALEMANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
BÉLGICA	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,2%	-99,9%
ESPAÑA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
FRANÇA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
RUSSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
BRASIL	-	-	-	4,3	0,0	4,3	1,0%	-99,2%
Não Clube de Paris	213,6	214,6	220,2	211,1	114,4	96,7	51,5%	-62,9%
PORTUGAL ^a	57,2	55,9	61,2	56,4	56,4	0,0	13,8%	-90,1%
ANGOLA(atrasada)	30,6	36,0	36,0	36,0	0,0	36,0	8,8%	-93,7%
ANGOLA	10,9	10,7	11,0	11,0	8,0	3,0	2,7%	-98,1%
ANGOLA(nova dívida)	40,0	41,8	41,7	41,7	40,0	1,7	10,2%	-92,7%
ARGÉLIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
CHINA POPULAR ^a	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
JUGOSLAVIA ^a	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
Div. Comercial	34,3	34,3	34,3	34,3	10,0	24,3	8,4%	-94,0%
ITALIA	24,3	24,3	24,3	24,3	0,0	24,3	5,9%	-95,7%
CHINA	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0	2,4%	-98,2%
Div. Curto Prazo	40,7	35,9	36,0	31,7	0,0	31,7	7,7%	-94,4%
NIGERIA	30,0	30,0	30,0	30,0	0,0	30,0	7,3%	-94,7%
BRASIL ¹⁰	4,3	4,3	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
ANGOLA(atrasada) ^a	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
GUINÉ EQUATORIAL	1,7	1,7	1,7	1,7	0,0	1,7	0,4%	-99,7%
II. DÍVIDA INTERNA (C+D)	32,0	117,7	105,1	91,3	26,9	64,3	22,3%	-83,9%
C. Dívida c/ Fornecedores + Atrasados Internos	12,5	88,3	78,9	64,3	0,0	64,3	15,7%	-88,7%
Dívida com Fornecedores	12,5	13,1	13,4	13,1	0,0	13,1	3,2%	-97,7%
MSF	4,8	4,7	4,7	4,7	-	4,7	1,1%	-99,2%
HIDROELECTRICA	2,4	2,3	2,3	2,3	-	2,3	0,6%	-99,6%
SYNERGIES	4,3	4,6	4,6	4,6	-	4,6	1,1%	-99,2%
OUTROS	0,2	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0%	-100,0%
ATRAS. INTERNOS	0,8	1,5	1,7	1,5	-	1,5	0,4%	-99,7%
Novos Atrasados Internos ^a	-	75,2	65,5	51,2	0,0	51,2	12,5%	-91,0%
ESTADO/EMAE	-	5,0	3,5	-0,6	-	-0,6	-0,2%	-100,1%
ESTADO/CST	-	6,6	6,1	5,6	-	5,6	1,4%	-99,0%
ESTADO/EMPRESAS	-	10,2	7,0	5,9	-	5,9	1,4%	-99,0%
OUTROS	-	11,8	10,8	10,7	-	10,7	2,6%	-98,1%
ENCARGOS SALARIAIS	-	6,1	4,6	5,0	-	5,0	1,2%	-99,1%
ENCO-Diferencial de preços	-	34,1	31,8	24,1	-	24,1	5,9%	-95,8%
Edifício de S.Tribunal de Justiça	-	0,6	0,8	0,0	-	0,0	0,0%	-100,0%
Edifício do Tribunal de Contas	-	0,8	0,8	0,6	-	0,6	0,2%	-99,9%
D. Títulos de TESOURO	19,5	29,4	26,2	26,9	26,9	0,0	6,6%	-95,3%
TESOURO - Bilhetes de Tesouro (BT's) de 1 ano	19,5	29,4	26,2	26,9	26,9	0,0	6,6%	-95,3%
Afriland First Bank	0,3	0,0	0,2	3,9	3,9	0,0	1,0%	-99,3%
BISTP	13,7	25,5	18,7	16,7	16,7	0,0	4,1%	-97,1%
BGFI	3,2	1,4	0,9	2,1	2,1	0,0	0,5%	-99,6%
Ecobank STP	2,3	1,6	5,7	3,2	3,2	0,0	0,8%	-99,4%
Encargos com a emissão dos BT's	-	0,9	0,7	1,0	1,0	0,0	0,2%	-99,8%
III. PASSIVOS CONTINGENTES ^a (E+F)	0,0	113,1	165,7	188,3	6,1	182,2	45,9%	-66,9%
E. Total das Estatais (SOE)	-	113,1	165,7	188,3	6,1	182,2	45,9%	-66,9%
Dívida das Empresas Estatais Garantidas (carta con	-	10,4	7,7	6,1	6,1	0,0	1,5%	-98,9%
SMF - Carta de Conforto	-	3,1	1,6	0,7	0,7	0,0	0,2%	-99,9%
ENAPORT - Carta de Conforto	-	2,1	2,0	1,8	1,8	0,0	0,4%	-99,7%
EMAE - Carta de Conforto	-	3,1	2,1	1,7	1,7	0,0	0,4%	-99,7%
AGER - Carta de Conforto	-	2,2	2,0	1,9	1,9	0,0	0,5%	-99,7%
Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas	-	102,7	158,0	182,2	0,0	182,2	44,4%	-68,0%
EMAE/ENCO	-	99,5	120,1	142,8	0,0	142,8	34,8%	-74,9%
EMAE/HIDROEQUADOR	-	3,2	3,2	3,2	0,0	3,2	0,8%	-99,4%
ESTADO/ENCO/SONANGOL a)	-	-	34,7	36,2	0,0	36,2	8,8%	-93,6%
F.Outras Empresas Garantidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%

Fonte: GDP/DT- MPFEA

I.1.6. Principais Saldos Orçamentais

I.1.6.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Conforme apresentado na Tabela 12, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base compromisso negativo de 497.539 milhares de Dobras, contra o défice de 535.283 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2020, o que representa um melhor resultado em cerca de 37.744 milhares de Dobras. Desta forma conclui-se que as receitas correntes continuaram sendo insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das receitas.

Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Dezembro de 2021

Saldos	(em milhares de Dobras)							
	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Dez. 2020	OGE 2021	Jan - Dez. 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
Saldo Corrente	- 274 473	- 576 679	- 535 283	- 426 251	- 497 539	116,7	-7,1	-5,2
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	- 344 280	- 581 778	- 674 645	- 428 189	- 561 765	131,2	-16,7	-5,8
Saldo Primário Doméstico	- 169 869	- 561 914	- 432 734	- 379 719	- 391 024	103,0	-9,6	-4,1
Saldo Global	- 222 034	- 441 568	- 371 667	- 319 812	- 504 755	157,8	35,8	-5,2

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

I.1.6.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada. Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Dezembro de 2021, registou um saldo primário base compromisso deficitário de 391.024 milhares de Dobras, contra 432.734 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2020 (cf. Tabela 12). Este nível de défice equivale a 4,1% do PIB estimado para o ano.

É importante relembrar que não se cumpriu a meta do défice primário inicialmente programado para o exercício económico de 2021, que foi de 3,9% do PIB devido a baixa arrecadação das receitas, apesar dos esforços efectuados na contenção das despesas primárias.

I.1.6.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através da Tabela 12, apurou-se no período compreendido de Janeiro a Dezembro de 2021, um saldo global base caixa negativo de 504.755 milhares de Dobras, contra os 371.667 milhares de Dobras negativo, registado no igual período de 2020.

I.1.7. Financiamento do Défice Global

I.1.7.1. Financiamento Interno

Até o final do mês de Dezembro de 2021, o saldo global apurado foi negativo no valor de 504.755 milhares de Dobras, que corresponde a uma execução de 157,8% em relação a programação para o ano, e um aumento de 35,8% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto. Este resultado do défice global registado, deve-se ao modesto nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse a emissão de BT (Bilhete de Tesouro), como uma das fontes de financiamento interno. Assim, destaca-se o desembolso Líquido do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) relativos a emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), que permitiu a mobilização de recursos próprios, em termos líquidos de 2.500 milhares de Dobras, para cobrir o BT que ia vencer, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do BCSTP – NAP 14/2015 e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico do BT. Salienta-se também que, como financiamento interno foram utilizados 67.925 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE) e 212.314 milhares de Dobras do direito especial de saque.

Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global

(em milhares de Dobras)

ITENS	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Dez. 2020	OGE 2021	Jan - Dez. 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
FINANCIAMENTO	222 034	441 568	370 915	319 812	504 755	157,8	36,1	5,2
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	88 500	85 546	84 363	88 500	68 475	77,4	-18,8	0,7
<i>Receitas de Alienação</i>	2 507	1 500	317	2 507	550	21,9	73,4	0,0
<i>Transferências CNP</i>	85 993	84 046	84 046	85 993	67 925	79,0	-19,2	0,7
BCSTP (DIR.ESP.SAQUE-DES)	-	-	-	-	212 314	2,2
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	142 290	356 022	486 010	231 312	162 283	70,2	-66,6	1,7
<i>Desembolsos para Projectos</i>	142 290	356 022	486 010	231 312	162 283	70,2	-66,6	1,7
Mov. Contas do Tesouro	- 215 766	-	- 124 011	-	250 395	...	-301,9	2,6
Rec. e Desp. de Serviços nos Bancos	- 18 693	-	- 752	-	- 18 741	...	2392,5	-0,2
BCSTP Líquido	218 953	-	- 94 000	-	2 500	...	-102,7	0,0
Contas de Regularização	-	-	-	-	-	0,0
NOA OFFSHORE	- 69 807	-	- 30 994	-	- 7 581	...	-75,5	-0,1
Discrepância Financeira (Saldo a tr	57 864	-	50 300	-	-164 890	...	-427,8	-1,7

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

I.1.7.2. Financiamento Externo

Quanto ao Financiamento Externo, no decorrer dos 12 meses de 2021, obteve-se uma execução no montante total de 162.283 milhares de Dobras, equivalente a 70,2% do programado e um decréscimo de 66,6% em relação ao que foi registado no igual período de 2020.

Deste total, 114.229 milhares de Dobras correspondem aos desembolsos do FMI para projectos, no âmbito da iniciativa de crédito alargado, 25.430 milhares de Dobras foram desembolsados pelo BADEA para financiar o projecto de abastecimento de água potável em Santana e Água Izé e o valor de 22.625 milhares de Dobras, desembolsado pelo BAD no âmbito do projecto de reabilitação das infraestruturas de apoio a segurança alimentar (PRIASA II).

PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

II.1. Análise da Execução Orçamental

II.1.1. Por Classificação Orgânica

Os dados relativos à execução orçamental das despesas por classificação orgânica até o quarto trimestre de 2021, conforme apresentado na Tabela 14, reflectem um nível de execução modesto do programado para o período em análise, sendo os órgãos mais proeminentes, com uma execução acima dos 100%, o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), com 129,0% da dotação final, correspondente a 99.363 milhares de Dobras e o Ministério da Saúde (MS), com 105,6% da dotação final, correspondente a 466.964 milhares de Dobras, em seguida vem os outros órgão como Encargos Gerais de Estado (EGE), com 94,4% da dotação corrigida, o equivalente a 514.275 milhares de Dobras, Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), com 93,6% da dotação corrigida, o correspondente a 293.604 milhares de Dobras, Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (MAPRED), com 88,0% da dotação corrigida, o equivalente a 47.206 milhares de Dobras, e por fim, o Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES), com 82,6% da dotação final, correspondente a 530.351 milhares de Dobras.

Tabela 14: Execução por Classificação Orgânica
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
01000 - AN	125 050	121 623	69 201	69 201	69 201	56,9	2,5
02000 - TC	32 018	42 198	17 327	17 327	17 327	41,1	0,6
03000 - TCO	15 015	15 824	8 185	7 997	7 997	50,5	0,3
10000 - TJ	38 778	38 778	30 835	30 387	30 387	78,4	1,1
20000 - PR	15 860	20 870	16 143	16 141	16 141	77,3	0,6
21000 - GPM	75 330	71 177	47 291	47 291	38 054	66,4	1,7
22000 - PGR	29 823	27 323	16 170	16 170	15 712	59,2	0,6
23000 - MDOI	303 008	313 814	293 604	293 604	287 837	93,6	10,4
24000 - MNEC	125 279	120 399	77 342	77 342	76 320	64,2	2,7
25000 - MJAPDH	76 797	77 041	99 363	99 363	98 682	129,0	3,5
26000 - MTSFFP	52 823	48 506	16 807	16 805	15 776	34,6	0,6
27000 - MPFEA	217 105	232 197	128 997	128 997	126 201	55,6	4,6
28000 - MTCCI	38 964	38 419	18 629	18 625	17 009	48,5	0,7
29000 - MEES	602 091	641 863	530 371	530 351	526 900	82,6	18,8
30000 - MAPRED	50 692	53 654	47 206	47 206	46 538	88,0	1,7
32000 - MOPIRNA	411 304	473 181	205 755	205 755	204 495	43,5	7,3
33000 - MS	410 644	442 114	467 119	466 964	462 473	105,6	16,5
34000 - MJDE	55 698	59 265	12 430	12 430	11 979	21,0	0,4
35000 - MAPDR	140 727	145 497	52 937	52 937	51 540	36,4	1,9
70000 - GRP	123 015	154 418	97 696	97 696	97 696	63,3	3,5
71000 - CDAG	24 123	26 100	16 100	16 100	16 100	61,7	0,6
72000 - CDCG	11 825	13 049	6 549	6 549	6 549	50,2	0,2
73000 - CDCAUÉ	10 875	11 028	5 328	5 328	5 328	48,3	0,2
74000 - CDLMB	12 433	13 341	7 274	7 274	7 274	54,5	0,3
75000 - CDLOBTA	21 720	23 199	12 599	12 599	12 599	54,3	0,4
76000 - CDMZ	18 911	18 911	8 768	8 768	8 768	46,4	0,3
91000 - EGE	615 215	544 862	519 303	514 275	479 429	94,4	18,2
Total Geral	3 655 123	3 788 651	2 829 330	2 823 483	2 754 312	74,5	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

De modo a permitir um acompanhamento mais abrangente da execução orçamental nesta classificação, foi analisado os organismos com nível de execução baixo, motivado pela contida mobilização de recursos externos, tanto na sua vertente de donativo como de crédito, para implementação das acções inscritas no programa de investimentos público.

Assim sendo, na estrutura das despesas totais (2.823.483 milhares de Dobras), verifica-se que 63,9% do executado encontra-se concentrado em quatro órgãos, nomeadamente:

- O MEES (18,8%), devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3840 - Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar” e “5768 - Construção do Liceu”;
- O EGE com 18,2%, onde se destaca a execução das acções “1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviço de comunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “2456 – Amortização da Dívida Pública” e “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”;
- No MS com 16,5%, devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2401 - Junta para Exterior”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário”, “2483 - Assistência Técnica ao Sistema de Saúde”, “3805 - Obras de Reabilitação e Pintura dos Postos Sanitários” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, e por último;
- MDOI com 10,4%, devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, e “5077 – Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”.

II.1.2. Por Classificação Funcional

Neste ponto efectua-se a análise da execução orçamental das despesas por classificação funcional, referente ao período compreendido de Janeiro a Dezembro de 2021, conforme apresentado na Tabela 15, onde observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se alta ocorrência das execuções em funções como: Serviços Públicos Gerais que ascenderam a 999.045 milhares de Dobras, o que corresponde a 79,2% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi de 533.918 milhares de Dobras, o que corresponde a 82,2% da sua dotação final, na área da Saúde, com o montante de execução de 468.553 milhares de Dobras, o que corresponde a 104,3% da sua dotação final, Defesa Nacional com nível de realização de 92,2% da dotação corrigida, ascendendo a 260.126 milhares de Dobras, para o Encargos Financeiros o montante ascendeu a 227.273 milhares de Dobras, correspondendo a 86,2% da dotação corrigida, a função Combustíveis e Energia com um nível de execução de 72,2% da dotação corrigida, equivalendo a 58.440 milhares de Dobras, Trabalho com montante executado de 5.793 milhares de Dobras, o correspondente ao nível de realização de 423,5% da dotação corrigida.

Ainda a respeito da execução das despesas por classificação funcional é de salientar que um número considerável das funções apresentou um nível de execução muito mais modesto, em relação as respectivas dotações corrigidas, destacando-se Transportes e Comunicações, com um nível de realização de 34,4% da dotação corrigida, correspondendo a 92.589 milhares de Dobras, Segurança e Assistência Social com o nível de execução de 50,5% da dotação corrigida, ascendendo a 58.286 milhares de Dobras, Agricultura e Pesca que ascendeu a 49.606 milhares de Dobras, correspondendo a 35,0% da dotação corrigida, Habitação e Serviços Comunitários que ascendeu a 27.990 milhares de Dobras, correspondendo a 27,2% da dotação corrigida, para a Segurança Interna e Ordem Pública o valor ascendeu a 19.569 milhares de Dobras, correspondendo a 50,7% da dotação corrigida, Cultura e Desporto que ascendeu a 13.388 milhares de Dobras, o que corresponde a 20,0% da dotação corrigida e finalmente a função Comércio e Serviços, onde a execução foi de 8.000 milhares de Dobras, o que corresponde a 29,9% da sua dotação final.

Também foi verificada nesta classificação uma função com nível de execução baixo, nomeadamente a função Ambiente (6,9%) da dotação corrigida, e a função Outros Serviços Económicos onde foi apresentado dotação da despesa, mas contudo não houve realização dessas mesmas despesas até o final do ano em análise.

Tabela 15: Execução por Classificação Funcional
(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
01 - Serviços Públicos Gerais	1 177 421	1 261 392	999 690	999 045	938 019	79,2	35,4
02 - Defesa Nacional	273 154	282 251	260 126	260 126	260 126	92,2	9,2
03 - Segurança Interna e Ordem Pública	36 312	38 618	19 569	19 569	19 569	50,7	0,7
04 - Educação	606 173	649 498	533 938	533 918	530 466	82,2	18,9
05 - Saúde	417 627	449 331	468 708	468 553	464 062	104,3	16,6
06 - Segurança e Assistência Social	160 766	115 431	63 313	58 286	58 286	50,5	2,1
07 - Habitação e Serviços Comunitários	103 223	102 969	27 990	27 990	27 990	27,2	1,0
08 - Cultura e Desporto	63 341	66 849	13 388	13 388	12 938	20,0	0,5
09 - Combustíveis e Energia	64 318	80 977	58 440	58 440	58 440	72,2	2,1
10 - Agricultura e Pesca	135 556	141 905	49 606	49 606	49 606	35,0	1,8
12 - Transportes e Comunicações	243 458	269 010	92 589	92 589	92 837	34,4	3,3
13 - Comércio e Serviços	25 284	26 738	8 000	8 000	8 000	29,9	0,3
14 - Trabalho	1 428	1 368	5 793	5 793	5 793	423,5	0,2
15 - Ambiente	13 213	13 063	906	906	906	6,9	0,0
16 - Outros Serviços Económicos	25 500	25 500	-	-	-		
17 - Encargos Financeiros	308 351	263 750	227 273	227 273	227 273	86,2	8,0
Total Geral	3 655 123	3 788 651	2 829 330	2 823 483	2 754 312	74,5	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Dando atenção a estrutura das despesas totais, observa-se maior concentração das despesas nos Serviços Públicos Gerais (35,4%) devido sobretudo a execução das acções como “1001 – Despesas com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviços de telecomunicações”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 – Apoio Institucional ao M.N.E.C.C”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”.

Na Educação (18,9%) foi principalmente pela execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar” e “5768 - Construção do Liceu”. Na função Saúde (16,6%) pela execução, sobretudo das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2401 - Junta para Exterior”, “3376 - Despesas ao abrigo das

Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário” e “6608 - Evacuação dos Doentes da RAP”.

Na Defesa Nacional (9,2%) pela execução, principalmente das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade” e “3376 – Despesas ao abrigo das receitas consignadas”, e por fim, os Encargos Financeiros (8,0%) pela execução das acções “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública” e “2456 - Amortização da Dívida Pública”.

II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Tabela 16), observa-se que, cinco (5) localizações apresentaram taxa de execução moderado como é o caso de Nacional com 81,2% da dotação corrigida, ascendendo a 2.549.543 milhares de Dobras; seguido da Cantagalo, cujo nível de execução ficou a 77,1% da dotação corrigida, ascendendo a 44.238 milhares de Dobras; depois Príncipe com montante executado de 102.125 milhares de Dobras, o que corresponde a 61,0% da sua dotação final; Lobata com 58,1% da dotação corrigida, ascendendo a 47.337 milhares de Dobras, e por último, a localização Lembá, em que o montante executado foi de 7.989 milhares de Dobras, o que representa 49,5% da sua dotação final. As demais localizações apresentaram nível de execução mais baixo, tendo na linha a localização Mé - Zochi com uma taxa de execução de 29,7% da dotação corrigida, o correspondente ao montante de 19.825 milhares de Dobras, Água – Grande com montante de 36.607 milhares de Dobras, o equivalente a uma taxa de execução de 28,2% da dotação corrigida, em seguida a localização São Tomé em que o montante executado foi de 10.206 milhares de Dobras, o que representa 14,0% da sua dotação corrigida, e finalmente, Caué onde a execução foi de apenas 5.613 milhares de Dobras, o equivalente a 10,2% da sua dotação corrigida.

Tabela 16: Execução por Localização Geográfica

(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
01 - Nacional	3 064 476	3 141 352	2 555 390	2 549 543	2 480 372	81,2	90,3
02 - São Tomé	80 528	73 039	10 206	10 206	10 206	14,0	0,4
03 - Príncipe	135 693	167 423	102 125	102 125	102 125	61,0	3,6
04 - Água Grande	132 818	129 880	36 607	36 607	36 607	28,2	1,3
05 - Mé-Zochi	76 533	66 663	19 825	19 825	19 825	29,7	0,7
06 - Cantagalo	52 525	57 376	44 238	44 238	44 238	77,1	1,6
07 - Lembá	16 813	16 132	7 989	7 989	7 989	49,5	0,3
08 - Lobata	69 849	81 497	47 337	47 337	47 337	58,1	1,7
09 - Caué	25 887	55 289	5 613	5 613	5 613	10,2	0,2
Total Geral	3 655 123	3 788 651	2 829 330	2 823 483	2 754 312	74,5	100,0

Fonte: DCP-MPF EA

Em termos de estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização das despesas (cf. Tabela 16), constata-se que 98,5% das despesas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, Príncipe, Lobata, Cantagalo e Água – Grande.

Entretanto, a localização Nacional por si só representa 90,3% do total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 - Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades”, “2401 - Junta para Exterior”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6043 – Regularização das despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicações”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 – Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”, “2478 – Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2799 – Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3718 - Reabilitação das Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N’Krumah)/ Ribeira Peixe”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021” e “6820 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”.

Ao nível estrutural a localização Príncipe, representa 3,6% das despesas executadas, devido a execução das acções “2402 - Transferência corrente para RAP”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares” e “6805 – Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”. Relativamente a localização Lobata, a execução corresponde a 1,7% do total executado, onde a contribuição observada deveu fundamentalmente pela execução das acções “2410 - Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “5607 – Construção de Jardim de Infância em Changra”, “5768 – Construção do Liceu”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6602 – Requalificação da EN1/Praia da Conchas”.

Quanto ao nível de Cantagalo a execução corresponde a 1,6% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução das acções “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “2459 - Requalificação de troços de estradas” e “6487 - Aquisição de um Gerador para o Centro de Saúde de Cantagalo”. E por último Água – Grande, a execução corresponde a 1,3% do total, onde a contribuição deveu-se principalmente pela execução das acções “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais” e “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del -Rei/Boa Morte”.

II.1.4. Por Fonte de Recursos

No que tange à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado na Tabela 17, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 94,8% da dotação corrigida, ascendendo aos 2.274.125 milhares de Dobras, sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um desempenho moderado para o período em análise, com uma realização de 92,3%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 2.070.600 milhares de Dobras, a seguir a componente consignados, com uma realização de 192.513 milhares de Dobras (147,0% da dotação corrigida) e por último, a componente HIPC com uma execução de 11.012 milhares de Dobras, representando deste modo 47,0% da dotação final.

Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, dispuseram em 39,5% da dotação corrigida, ascendendo aos 549.358 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 38,4% relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 467.760 milhares de Dobras, fruto de uma baixa realização das acções inscritas na referida componente desta fonte de recurso e na componente Empréstimo, durante o período em curso foi verificado realização no valor de 81.597 milhares de dobras, tendo representado 47,2% da dotação corrigida.

Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos

(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Financiamento Interno	2 374 818	2 397 808	2 279 952	2 274 125	2 204 954	94,8	80,5
Tesouro	2 243 548	2 243 426	2 076 428	2 070 600	2 001 430	92,3	91,1
Consignados	108 118	130 968	192 513	192 513	192 513	147,0	8,5
HIPC	23 152	23 413	11 012	11 012	11 012	47,0	0,5
Financiamento Externo	1 280 305	1 390 844	549 378	549 358	549 358	39,5	19,5
Donativo	1 170 946	1 217 916	467 780	467 760	467 760	38,4	85,1
Empréstimo	109 359	172 927	81 597	81 597	81 597	47,2	2,9
Total Geral	3 655 123	3 788 651	2 829 330	2 823 483	2 754 312	74,5	100,0

Fonte: DCP-MPFEEA

Olhando ainda para a Tabela 17, verifica-se que 80,5% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria os recursos do Tesouro com 91,1% de contribuição, destacando-se a execução das principais acções “1001 – Despesas com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2401 - Junta para Exterior”, “2402 - Transferência Corrente para a Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 -Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “2456 - Amortização da Dívida Pública” e “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”.

Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos, dos 19,5% das despesas executadas com esses recursos, verifica-se que a componente Donativo abarcou grande parte das despesas a nível de estrutura com uma disposição de 85,1% das despesas executadas, com destaque para a execução das acções “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5768 - Construção do Liceu”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del -Rei/Boa Morte”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6602 – Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”, “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”.

II.1.5. Por Tipologia de Despesas

A análise da execução das despesas por tipologia até o quarto trimestre de 2021, conforme a Tabela 18, mostra que as tipologias de despesas Actividades e Consignadas (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma taxa de execução da dotação corrigida de cerca de 92,3% e 155,4% (o correspondente a 1.918.637 milhares de Dobras e 193.929 milhares de Dobras), sendo por parte das consignadas, justificada pela incorporação de despesas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nos Bancos Comerciais, como anteriormente mencionado na Apreciação Global. Entretanto, a tipologia da despesa Operações Especiais (relativas a Amortização da Dívida Pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve uma boa execução para o período em análise, face à respectiva dotação corrigida, de respectivamente 100,0%.

Os dados relativos à realização na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua, consta uma execução muito mais modesta, atingindo 572.880 milhares de Dobras, o que representa 39,6% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativamente com: Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde com 47.309 milhares de Dobras, Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições com 19.106 milhares de Dobras, Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado com 18.233 milhares de Dobras, Apoio Institucional ao M.N.E.C.C. com 15.285 milhares de Dobras, Transferência para Agência Nacional do Petróleo com 6.655 milhares de Dobras, Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário com 13.355 milhares de Dobras, Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro com 4.455 milhares de Dobras, Requalificação do Troço de Estrada EN1 com 5.264 milhares de Dobras, GIME - Manutenção Corrente de Estradas com 8.142 milhares de Dobras, Reabilitação das Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar com 17.758 milhares de Dobras, Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores com 37.488 milhares de Dobras, Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) com 3.476 milhares de Dobras, Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge com 9.984 milhares de Dobras, Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais com 6.245 milhares de Dobras, Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe com 23.792 milhares de Dobras, Construção do Liceu com 22.690 milhares de Dobras, Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel com 6.214 milhares de Dobras, Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP com 15.307 milhares de Dobras, Requalificação da EN1/Praia da Conchas com 7.940 milhares de Dobras, Plano de Contingência de Saúde com 117.058 milhares de Dobras, Realização de Eleição Presidencial 2021 com 23.196 milhares de Dobras, Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha com 14.178 milhares de Dobras e Despesas com empossamento do Presidente da República com 7.000 milhares de Dobras.

Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas
(em milhares de Dobras)

Tipologia da Despesa	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Actividades	2 036 116	2 079 458	1 924 465	1 918 637	1 849 466	92,3	68,0
Consignadas	100 493	124 762	193 929	193 929	193 929	155,4	6,9
Operações Especiais	183 094	138 037	138 037	138 037	138 037	100,0	4,9
Projectos	1 335 420	1 446 395	572 900	572 880	572 880	39,6	20,3
Total Geral	3 655 123	3 788 651	2 829 330	2 823 483	2 754 312	74,5	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (2.823.483 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 68,0% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 20,3% do total executado no mesmo período do ano.

II.2. Alterações Orçamentais

Na elaboração do presente relatório foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 5 do artigo 17.º da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2021), que obriga o Governo a prestar trimestralmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações. Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas. Por conseguinte, a Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro, no seu artigo n.º 17 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2021. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 10.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto.

É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observado ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2021, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI. Assim, através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas em 30,0% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado no ano anterior e, (iii) no âmbito do programa de investimentos públicos, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento interno, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 135.244 milhares de Dobras, correspondente a um acréscimo de 3,7%, é justificado, por um lado, pela Cativação de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por outro, pela dotação adicional relativas as despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 5/2021.

II.2.1. Por Classificação Orgânica

Na análise das alterações orçamentais por classificação orgânica, conforme apresentado na Tabela 19, verifica-se que sete (7) órgãos tiveram diminuição na sua dotação inicial, excepto Tribunal de Contas (TC), Presidência da República (PR), Governo Regional de Príncipe (GRP), Ministério das Obras Públicas, Infra-

estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), Câmara Distrital de Água - Grande (CDAG), Ministério de Saúde (MS), Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul (MPFEA), Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT), Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (MAPRED), Tribunal de Constitucional (TC), Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), Câmara Distrital de Caué (CDC) e Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), onde foi verificado aumento das suas dotações ao longo do ano em causa. Entretanto, os órgãos que apresentaram diminuição foram, Ministério de Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), Assembleia Nacional (AN), Ministério de Negócio Estrangeiro e Comunidade (MNEC), Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), Ministério de Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), Procuradoria Geral da República (PGR) e Encargos Gerais do Estado (EGE), que resultou em redução da respectiva dotação iniciais, em 1,4%, 2,7%, 3,9%, 5,5%, 8,2%, 8,4% e 11,4%, respectivamente. Também é de salientar que os restantes dois (2) órgãos não viram as suas dotações iniciais alteradas.

Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
AN	125 050	441	-3 869	0	-3 428	121 623	-2,7	3,2
TC	32 018	10 180	0	0	10 180	42 198	31,8	1,1
TCO	15 015	0	809	0	809	15 824	5,4	0,4
TJ	38 778	0	0	0	0	38 778	0,0	1,0
PR	15 860	3 000	2 010	0	5 010	20 870	31,6	0,6
GPM	75 330	7 472	-4 399	7 225	-4 152	71 177	-5,5	1,9
PGR	29 823	0	-2 500	0	-2 500	27 323	-8,4	0,7
MDOI	303 008	2 879	7 927	0	10 806	313 814	3,6	8,3
MNEC	125 279	914	-5 662	132	-4 880	120 399	-3,9	3,2
MJAPDH	76 797	1 320	-1 076	0	244	77 041	0,3	2,0
MTSFFP	52 823	0	-4 318	0	-4 318	48 506	-8,2	1,3
MPFEA	217 105	28 347	-7 255	6 000	15 092	232 197	7,0	6,1
MTCCI	38 964	4 768	-2 000	3 313	-545	38 419	-1,4	1,0
MEES	602 091	9 631	37 894	7 752	39 772	641 863	6,6	16,9
MAPRED	50 692	998	3 088	1 124	2 963	53 654	5,8	1,4
MOPIRNA	411 304	115 115	-1 321	51 916	61 877	473 181	15,0	12,5
MS	410 644	2 535	28 935	0	31 471	442 114	7,7	11,7
MJDE	55 698	3 528	40	0	3 568	59 265	6,4	1,6
MAPDR	140 727	6 349	-1 578	0	4 771	145 497	3,4	3,8
GRP	123 015	13 633	17 770	0	31 403	154 418	25,5	4,1
CDAG	24 123	0	1 977	0	1 977	26 100	8,2	0,7
CDCG	11 825	1 200	24	0	1 224	13 049	10,4	0,3
CDCAUÉ	10 875	0	152	0	152	11 028	1,4	0,3
CDLMB	12 433	320	801	214	908	13 341	7,3	0,4
CDLOBTA	21 720	415	1 065	0	1 480	23 199	6,8	0,6
CDMZ	18 911	0	0	0	0	18 911	0,0	0,5
EGE	615 215	261	-68 512	388	-68 638	546 577	-11,2	14,4
Total Geral	3 655 123	213 307	0	78 063	135 244	3 790 367	3,7	100

Fonte: DCP-MPFEA

Assim sendo, os órgãos como Tribunal de Contas (TC), o crescimento verificado (10.180 milhares de Dobras), foi devido ao acréscimo de verba por parte da dotação adicional no projecto “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”; Presidência da República (PR), o aumento aferido de 5.010 milhares de Dobras, foi exclusivamente ao aumento da dotação da actividade e do projecto “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República” e “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”; Governo Regional de Príncipe (GRP), verificou-se incremento da dotação de 31.403 milhares de Dobras, devido o acréscimo na dotação dos projectos “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”; Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), teve um incremento da dotação de 61.877 milhares de Dobras, correspondente a adição da dotação e a inscrição das acções “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3288 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/Ribeira Peixe”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del -Rei/Boa Morte”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), onde o aumento da dotação em 1.224 milhares de Dobras, deveu ao incremento da actividade e do projecto “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo” e “2459 - Requalificação de troços de estradas”; Câmara Distrital de Água - Grande (CDAG), o acréscimo de verba (1.977 milhares de Dobras), foi devido o projecto “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”.

No Ministério de Saúde (MS), o aumento aferido de 31.471 milhares de Dobras, foi exclusivamente ao aumento da dotação das actividades e dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “5797 - Contrapartida Nacional para Fundo Global”, “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata” e “6387 - Reabilitação do Sistema de Água e Electricidade de Área de Saúde de Neves”; Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), verificou - se incremento da dotação de 908 milhares de Dobras, devido o acréscimo na dotação das acções “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá” e “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá”; Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul (MPFEA), onde o aumento da dotação de 15.092 milhares de Dobras, deveu a verba incorporada nas acções “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE” e “3376 -Despesas

ao Abrigo das Receitas Consignadas”; Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT), o aumento aferido de 1.480 milhares de Dobras, foi exclusivamente verificado na dotação das acções “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata” e “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”.

O Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), teve um incremento da dotação de 39.772 milhares de Dobras, correspondente a aumento da dotação e a inscrição das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1061 – IILP”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5768 - Construção do Liceu”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6473 - Construção de Murro de Vedação na Integrada de Mouro Peixe”, “6533 - Construção de Liceu em Angolares” e “6815 - Construção de Campo de Futebol da Escola de R. Afonso”; Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), verificou - se crescimento da dotação de 3.568 milhares de Dobras, pelo facto de haver acréscimo na dotação das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “3766 - Construção de Campo de Futebol de Trindade”, “5630 - Aquisição de Equipamentos Informáticos para Inst. Da Juventude”, “6240 - Recuperação do Edifício do Instituto da Juventude (ex- Palácio Pioneiro) ”, “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio” e “6818 - Reabilitação dos Centros Recreativos de Interação Jovem”; Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (MAPRED), o aumento avaliado no montante de 2.963 milhares de Dobras, foi devido ao acréscimo da dotação do projecto “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade” e “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”.

No Tribunal de Constitucional (TCO), onde foi verificado aumento (809 milhares de Dobras) da sua dotação nas acções “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional” e “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo) ”; Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), com incremento da dotação de 10.806 milhares de Dobras, devido o aumento das actividades e projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ” e “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”; Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), que teve um incremento da dotação de 4.771 milhares de Dobras, correspondente a inscrição da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços” e “6704 - Incremento de Culturas Alimentares, Hortícolas, Frutícolas (Progr. Bamu Chimia) ”; Câmara Distrital de Caué (CDC), o aumento aferido de 152 milhares de Dobras, foi exclusivamente ao aumento da dotação da actividade “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué” e por último, Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), onde o aumento apurado de 244 milhares de Dobras, deveu ao registo e o aumento da dotação da actividade e projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “2524 - Exercícios Findos” e “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”.

No que concerne a alteração Adicional que apresenta um montante de 213.307 milhares de Dobras, observa - se uma maior ocorrência, sobretudo, nos órgãos como MOPIRNA com cerca de 115.115 milhares de Dobras, referente a inscrição e aumento do projecto “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3288 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km) ”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del -Rei/Boa Morte”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; em seguida o MPFEA no montante de 10.180 milhares de Dobras, devido a inscrição do projecto “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas” e “2884 - Aquisição de Bens e Equipamentos para MPF”; depois a GRP com cerca de 13.633 milhares de Dobras, referente a dotação do projecto “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha” e por fim, TC em cerca de 10.180 milhares de Dobras, referente a acção “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”.

Para a alteração de Reforço, esta registou um valor nulo, apesar de ter sido registado reforço positivo, nos órgãos como MEES (37.894 milhares de Dobras), MS (28.935 milhares de Dobras), GRP (17.770 milhares de Dobras), MDOI (7.927 milhares de Dobras), MAPRED (3.088 milhares de Dobras), PR (2.010 milhares de Dobras), CDAG (1.977 milhares de Dobras), CDLOB (1.065 milhares de Dobras), TCO (809 milhares de Dobras), CDLMB (801 milhares de Dobras), CDC (152 milhares de Dobras), MJDE (40 milhares de Dobras) e CDCG (24 milhares de Dobras), respectivamente, tendo também registado reforços negativos, nos organismos como o MJAPDH, MOPIRNA, MAPDR, MTCCI, PGR, AN, MTSFFP, GPM, MNEC, MPFEA e EGE. É de realçar que o reforço negativo deve - se a retirada da verba de um órgão para outro.

II.2.2. Por Classificação Funcional

Na tabela 20 abaixo, visualiza - se a alteração orçamental no âmbito da classificação funcional, onde realça - se a diminuição da dotação em cinco (5) funções como: Habitação e Serviços Comunitários (254 milhares de Dobras), Ambiente (204 milhares de Dobras), Trabalho (60 milhares de Dobras), Encargos Financeiros (42.885 milhares de Dobras) e Segurança e Assistência Social (45.336 milhares de Dobras), e que correspondem respectivamente a menos 0,2%, 1,1%, 4,2%, 13,9% e 28,2% das respectivas dotações iniciais.

No entanto, comportamento contrário teve as restantes funções, nomeadamente a função Combustíveis e Energia que registou um aumento da sua dotação em 25,9%, que ascende a 80.977 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”; em seguida Transportes e Comunicações que registou um aumento da sua dotação em 10,5%, que ascende a 269.010 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos acção “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del - Rei/Boa Morte “ e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; a função Saúde com um aumento da dotação de 7,6% que ascende a 449.331 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das actividades e projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “5797 - Contrapartida Nacional para Fundo Global”, “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata” e “6387 - Reabilitação do Sistema de Água e Electricidade de Área de Saúde de Neves”; depois a função Educação com aumento da dotação de 7,1%, ascendendo a 649.498 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5768 - Construção do Liceu”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6473 - Construção de Murro de Vedação na Integrada de Mouro Peixe”, “6533 - Construção de Liceu em Angolares”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares” e “6815 - Construção de Campo de Futebol da Escola de R. Afonso”.

Posteriormente a função Serviços Públicos Gerais que registou um aumento da sua dotação em 7,1%, que ascende a 1.261.392 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1061 - IILP”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “2524 - Exercícios Findos”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “3171 - Aquisição de Meios Rolantes”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro

da Trindade”, “3288 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”, “5558 - Produção de Novos Programas”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo) ”, “6606 - Implementação de Televisão Terrestre”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”; em continuação Segurança Interna e Ordem Pública com aumento da dotação de 6,4%, ascendendo a 38.618 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “1001 - Despesa Com Pessoal”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe” e “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”.

Depois segue a função Comércio e Serviços com um aumento da dotação de 5,8% que ascende a 26.738 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das acções “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas” e “6624 - Expo Dubai 2021”; em seguida a função Cultura e Desporto que registou um aumento da sua dotação em 5,5%, que ascende a 66.849 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “3766 - Construção de Campo de Futebol de Trindade”, “5630 - Aquisição de Equipamentos Informáticos para Inst. Da Juventude”, “6240 - Recuperação do Edifício do Instituto da Juventude (ex- Palácio Pioneiro) ”, “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio” e “6818 - Reabilitação dos Centros Recreativos de Interação Jovem”; logo a função Agricultura e Pesca com aumento da dotação de 4,7%, ascendendo a 141.905 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços” e “6704 - Incremento de Culturas Alimentares, Hortícolas, Frutícolas (Progr. Bamu)”; e por último, Defesa Nacional que registou um aumento da sua dotação em 3,3%, que ascende a 282.251 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “1001 - Despesa Com Pessoal” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional
(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
01 - Serviços Públicos Gerais	1 177 421	94 317	14 625	24 971	83 971	1 261 392	7,1	33,3
02 - Defesa Nacional	273 154	426	8 671	0	9 097	282 251	3,3	7,4
03 - Segurança Interna e Ordem Pública	36 312	3 474	-1 167	0	2 307	38 618	6,4	1,0
04 - Educação	606 173	12 631	38 446	7 752	43 325	649 498	7,1	17,1
05 - Saúde	417 627	2 535	29 169	0	31 705	449 331	7,6	11,9
06 - Segurança e Assistência Social	160 766	5 799	-46 135	5 000	-45 336	115 431	-28,2	3,0
07 - Habitação e Serviços Comunitários	103 223	135	4 611	5 000	-254	102 969	-0,2	2,7
08 - Cultura e Desporto	63 341	3 528	-20	0	3 508	66 849	5,5	1,8
09 - Combustíveis e Energia	64 318	27 321	339	11 000	16 660	80 977	25,9	2,1
10 - Agricultura e Pesca	135 556	6 349	0	0	6 349	141 905	4,7	3,7
12 - Transportes e Comunicações	243 458	51 289	-4 924	20 813	25 552	269 010	10,5	7,1
13 - Comércio e Serviços	25 284	4 768	0	3 313	1 455	26 738	5,8	0,7
14 - Trabalho	1 428	0	-60	0	-60	1 368	-4,2	0,0
15 - Ambiente	13 213	0	-150	0	-150	13 063	-1,1	0,3
16 - Outros Serviços Económicos	25 500	0	0	0	0	25 500	0,0	0,7
17 - Encargos Financeiros	308 351	735	-43 407	214	-42 885	265 466	-13,9	7,0
Total Geral	3 655 123	213 307	0	78 063	135 244	3 790 367	3,7	100

Fonte: DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional para esta classificação, estas foram expressivas em quatro (4) funções a mencionar: Serviços Públicos Gerais no valor de 94.317 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2418 - Transferência de Capital para Assembleia Nacional”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “2884 - Aquisição de Bens e Equipamentos para MPF”, “3171 - Aquisição de Meios Rolantes”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3288 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”, “5558 - Produção de Novos Programas”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6606 - Implementação de Televisão Terrestre” e “6778 - Obras de Reabilitação do Edifício do MAPRED”; em seguida Transportes e Comunicações no montante de 51.289 milhares de Dobras, evidenciado pelo aumento das actividades e projectos “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N’Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del - Rei/Boa Morte”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; depois Combustíveis e Energia (ascende a 27.321 milhares de Dobras), devido a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”, e

por fim, na função Educação registou - se aumento na ordem de 12.631 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “6473 - Construção de Murro de Vedação na Integrada de Mouro Peixe” e “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares”.

II.2.3. Por Localização Geográfica

Em correspondência com a Tabela 21, relativo às alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que no universo de nove (9) localizações, cinco (5) delas traduziram num aumento de dotação inicial durante o período em causa, nomeadamente a localização Caué em 113,6%, o correspondente a mais 55.289 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição das acções “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”; Príncipe com uma taxa de 23,4% (167.423 milhares de Dobras), devido o aumento de dotação que ocorreu nas actividades e nos projectos “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”; Lobata com 16,7%, o correspondente a mais 81.497 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “5768 - Construção do Liceu”, “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; Cantagalo com 9,2%, que ascende a 57.376 milhares de Dobras, resultante fundamentalmente da inscrição dos projectos “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores” e “6815 - Construção de Campo de Futebol da Escola de R. Afonso”.

Por último, está a localização Nacional que registou um aumento de 2,6%, o correspondente a mais 3.143.068 milhares de Dobras, decorrente fundamentalmente da inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1061 - IILP”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2100 - Requalificação de todos edifícios Públicos e Privados em Estado de Degradação na Cidade Capital”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de

Quiosques no Novo Mercado”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3171 - Aquisição de Meios Rolantes”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3288 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “3766 - Construção de Campo de Futebol de Trindade”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “4956 – Financiamento da Cantina Escolar”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5558 - Produção de Novos Programas”, “5630 - Aquisição de Equipamentos Informáticos para Inst. Da Juventude”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5797 - Contrapartida Nacional para Fundo Global”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6240 - Recuperação do Edifício do Instituto da Juventude (ex- Palácio Pioneiro)”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)”, “6473 - Construção de Murro de Vedação na Integrada de Mouro Peixe”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6606 - Implementação de Televisão Terrestre”, “6624 - Expo Dubai 2021”, “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio”, “6704 - Incremento de Culturas Alimentares, Hortícolas, Frutícolas (Progr. Bamu)”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”, “6818 - Reabilitação dos Centros Recreativos de Interação Jovem”, e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”.

Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica

(em milhares de Dobras)

Local	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Nacional	3 064 476	158 256	-34 578	45 086	78 591	3 143 068	2,6	82,9
São Tomé	80 528	0	-2 489	5 000	-7 489	73 039	-9,3	1,9
Príncipe	135 693	14 833	16 897	0	31 730	167 423	23,4	4,4
Água Grande	132 818	21 184	-13 358	10 763	-2 938	129 880	-2,2	3,4
Mé-Zochi	76 533	0	-9 870	0	-9 870	66 663	-12,9	1,8
Cantagalo	52 525	17 888	-2 037	11 000	4 851	57 376	9,2	1,5
Lembá	16 813	731	-1 199	214	-681	16 132	-4,1	0,4
Lobata	69 849	415	17 233	6 000	11 648	81 497	16,7	2,2
Caué	25 887	0	29 402	0	29 402	55 289	113,6	1,5
Total Geral	3 655 123	213 307	0	78 063	135 244	3 790 367	3,7	100

Fonte: DCP-MPF EA

Ademais, vale ressaltar que na tabela acima, nota – se que quatro (4) localizações registaram diminuição, sendo elas a localização Água Grande, em respectivamente 2,2%, devido unicamente a diminuição

efectuada na dotação do projecto “3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I”, “5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil” e “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”; Lembá com uma redução de 4,1% da dotação no projecto “2568 - Vedação das Escolas Básicas (Sant. Geny, Esprainha e Angolares)”; em S.Tomé a redução da dotação foi de 9,3% no projecto “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações”, e por fim, a localização Mé - Zochi, onde a redução de 12,9% da dotação foi respectivamente no projecto “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6541 - Conclusão de Centro de Saúde de Almas”.

II.2.4. Por Fonte de Recursos

Nesta secção são analisados os dados das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através da Tabela 22, onde observa-se que as mesmas resultaram num incremento de dotação das despesas financiadas com recursos externos em 8,6%, face ao inicialmente aprovado, como resultado do incremento efectuado na componente Donativos e Empréstimo em 8,2% e 58,1%. Quanto as despesas financiadas com recursos internos, estas de forma complementar também sofreu alteração da sua dotação, aumentando esse financiamento em 1,0%, como efeito do acréscimo verificado nos recursos consignados – locais com uma taxa de 21,1%, HIPC com 1,1% e ROT com 1,0% da dotação.

Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Financiamento Interno	2 374 818	24 705	0	0	24 705	2 399 523	1,0	63,3
Recursos Ordinários do Tesouro	2 243 548	1 593	0	0	1 593	2 245 141	0,1	59,2
Recursos Consignados - Locais	108 118	22 850	0	0	22 850	130 968	21,1	3,5
HIPC	23 152	261	0	0	261	23 413	1,1	0,6
Financiamento Externo	1 280 305	188 602	0	78 063	110 539	1 390 844	8,6	36,7
Financiamento externo - Doações	1 170 946	114 034	0	67 063	46 970	1 217 916	4,0	32,1
Financiamento Externo - Empréstimo	109 359	74 568	0	11 000	63 568	172 927	58,1	4,6
Total Geral	3 655 123	213 307	0	78 063	135 244	3 790 367	3,7	100

Fonte: DCP-MPFEA

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento externo estão relacionadas, com o aumento verificado na componente Donativos, referente a dotação adicional e reforços realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação dos seguintes projectos como é o caso de “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2923 -

GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km) ”, “4956 – Financiamento da Cantina Escolar”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ”, “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N’Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5768 - Construção do Liceu”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque -del -Rei/Boa Morte”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6533 - Construção de Liceu em Angolares”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6624 - Expo Dubai 2021”, “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares”, “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”, “6815 - Construção de Campo de Futebol da Escola de R. Afonso” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”.

Por parte da componente Empréstimo o aumento verificado está relacionado com a dotação adicional realizada na totalidade pela inscrição de novos projectos como, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “2884 - Aquisição de Bens e Equipamentos para MPF”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3171 - Aquisição de Meios Rolantes”, “3288 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos”, “3766 - Construção de Campo de Futebol de Trindade”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó -Potó”, “5630 - Aquisição de Equipamentos Informáticos para Inst. Da Juventude”, “5797 - Contrapartida Nacional para Fundo Global”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “6240 - Recuperação do Edifício do Instituto da Juventude (ex -Palácio Pioneiro) ”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6387 - Reabilitação do Sistema de Água e Electricidade de Área de Saúde de Neves”, “6473 - Construção de Murro de Vedação na Integrada de Mouro Peixe”, “6606 - Implementação de Televisão Terrestre”, “6624 - Expo Dubai 2021”, “6704 - Incremento de Culturas Alimentares, Hortícolas, Frutícolas (Progr. Bamu) ”, “6778 - Obras de Reabilitação do Edifício do MAPRED”, “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha” e “6818 - Reabilitação dos Centros Recreativos de Interação Jovem”.

Quanto a alteração ocorrida na fonte de Financiamento Interno, sobretudo na operação Adicional, da componente Recursos Consignados – Locais, o aumento da dotação de 22.850 milhares de Dobras foi verificado na acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, na componente HIPC o acréscimo da dotação de 261 milhares de Dobras foi devido a acção “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais” e por último, o ROT com ligeiro aumento da dotação na ordem de 1.593 milhares de Dobras nas acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1061 - IILP”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do Instituto Superior de Ciências de Saúde”, “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas” e “5558 - Produção de Novos Programas”.

II.2.5. Por Tipologia de Despesas

Neste item, a Tabela 23 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas, onde observa-se que as mesmas ocorreram em todas as tipologias (Actividades, Operações Especiais, Projectos e nas Consignadas), resultando no aumento da dotação inicial das Actividades, dos Projectos e das Consignadas em 2,1%, 8,3% e 24,1%, ou seja, cerca de 43.342 milhares de Dobras, 110.975 milhares de Dobras e 24.269 milhares de Dobras, e por outro lado, as Operações Especiais que tiveram uma diminuição da dotação de 23,7% do inicialmente aprovado para o período em análise, o equivalente a menos 43.342 milhares de Dobras.

Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas
(em milhares de Dobras)

Tipo	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	2 036 116	0	43 342	0	43 342	2 079 458	2,1	54,9
Operações Especiais	183 094	0	-43 342	0	-43 342	139 752	-23,7	3,7
Projectos	1 335 420	189 038	0	78 063	110 975	1 446 395	8,3	38,2
Consignadas	100 493	24 269	0	0	24 269	124 762	24,1	3,3
Total Geral	3 655 123	213 307	0	78 063	135 244	3 790 367	3,7	100

Fonte: DCP-MFCEA

De forma complementar, os aumentos da dotação destas tipologias apresentadas acima estão relacionados ao aumento do valor da dotação das seguintes actividades e projectos:

- No item Actividades, temos o aumento nas seguintes acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1061 - IILP”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2412 -Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, e “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”;
- Para os Projectos, os aumentos da dotação foram ocasionados pelos projectos “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3171 - Aquisição de Meios Rolantes”, “3252 - Remodelação da Residência Oficial do Morro da Trindade”, “3288 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “3766 - Construção de Campo de Futebol

de Trindade”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó -Potó”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5268 - Programa de Reforço das Capacidades Melhoria Func. dos Serviços”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “5558 - Produção de Novos Programas”, “5630 - Aquisição de Equipamentos Informáticos para Inst. Da Juventude”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “5768 - Construção do Liceu”, “5797 - Contrapartida Nacional para Fundo Global”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del -Rei/Boa Morte”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata”, “6240 - Recuperação do Edifício do Instituto da Juventude (ex -Palácio Pioneiro)”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6387 - Reabilitação do Sistema de Água e Electricidade de Área de Saúde de Neves”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6473 - Construção de Murro de Vedação na Integrada de Mouro Peixe”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6533 - Construção de Liceu em Angolares”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”, “6606 - Implementação de Televisão Terrestre”, “6624 - Expo Dubai 2021”, “6675 - Jogos Paralímpicos e Olímpicos no Tóquio”, “6704 - Incremento de Culturas Alimentares, Hortícolas, Frutícolas(Progr. Bamu)”, “6782 - Realização de Eleição Presidencial 2021”, “6801 - Reabilitação de Infraestruturas Escolares”, “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”, “6815 - Construção de Campo de Futebol da Escola de R. Afonso”, “6818 - Reabilitação dos Centros Recreativos de Interação Jovem” e “6820 - Despesas com empossamento do Presidente da República”.

- As Consignadas, onde o aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”. Relativamente a alteração no contexto Cativação, foi registado ocorrência na tipologia de despesa projectos, o que resultou na retenção de uma parte de verba orçamentada em alguns projectos no valor de 78.063 milhares de Dobras, valor este que pode ou não ser reutilizado.



Ano Fiscal de 2021

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
financas.gov.st